

6 de Julho 2021
Terça-feira
Semanário - Ano 5
Nº 266
Director-Geral
Evaristo Mulaza



GRANDES DEPOSITANTES NO RESGATE DO BANCO

BNA não descarta 'regresso' de Álvaro Sobrinho ao Banco Económico

BANCA. O BNA não afasta a hipótese de a 'salvação' do Banco Económico ocorrer por via dos seus maiores depositantes. O governador José de Lima Massano admite, contudo, outras possibilidades no quadro da nova Lei das Instituições Financeiras. A opção pelos depositantes pode colocar, entretanto, Álvaro Sobrinho na estrutura do Banco Económico, que nasceu de um outro banco, o Besa, cuja falência é atribuída precisamente à gestão de... Álvaro Sobrinho. Em 2019, Massano não deu, aliás, a certificação de idoneidade a Sobrinho para gerir o Banco Valor por causa da falência... do Besa. Págs. 10 e 11



Director do Inefop

MANUEL MBANGUI

“O Estado deve investir em infra-estruturas, o resto vem por acréscimo”

Págs. 4 a 7

MEIOS LEGALIZADOS

GPL e taxistas divididos sobre estatísticas

Pág. 16

CONTAS DO PETRÓLEO

Subida do preço penalizada por quebra na produção

Pág. 8

INSTITUIÇÃO NEGA E ALEGA RISCO DE FRAUDES

BPC restringe multicaixa a clientes com salários domiciliados



BANCA. Quem não tem o salário domiciliado no BPC não tem direito a um novo cartão multicaixa. O Valor Económico constatou o facto em várias agências, mas oficialmente o banco nega, apesar de admitir “maior filtro”. Pág. 12

TRANSPORTES

Luanda tem 6 ‘novas’ operadoras

Pág. 9

Editorial

AS MANOBRAS DO BNA DE MASSANO

Com raras exceções, os processos de intervenção do Banco Nacional de Angola na banca têm, historicamente, o traço comum da ausência total de transparência. Fixando-nos nos últimos 10 anos, período em que ocorrem os casos mais relevantes, a única intervenção do BNA que não suscitou qualquer alarido fundado foi a resolução do BANC. Em todos os outros, até nos menos comentados, a actuação do BNA foi genericamente opaca e até politicamente motivada, com a ‘coincidência’ de ter tido à testa a mesma figura, o governador José de Lima Massano.

O primeiro exemplo de absoluta opacidade que salta imediatamente à memória e que já foi objecto de rios de tinta é o saqueado e desaparecido Banco Espírito Santo Angola (Besa). Vinculadas ao super-escândalo que deitou por terra o BES, em Portugal, as verdades sobre o desaparecimento do Besa em 2014 começaram a ser divulgadas anos mais tarde. E, independentemente da troca de acusações de roubos entre antigos accionistas e antigos gestores-accionistas, o papel do BNA, sob condução de Massano, foi decisivo para inclinar o campo e favorecer os interesses que prevaleceram na altura.

A revogação das licenças dos bancos Mais e Postal, em 2019, é outro caso de uma intervenção do BNA na banca enferma de transparência. É certo que, neste particular, os factos sugerem que o Banco Central foi forçado a arranjar às

pressas um regulamento para deixar cair alguns bancos por razões políticas. Ainda assim, na parte que lhe coube do ‘arranjo’, o BNA acabou por colocar os pés pelas mãos, ao violar flagrante e contraditoriamente o Aviso que evocou para revogar as licenças. No seu nº. 6, que se refere às infracções, o Aviso nº. 02/2018 (sobre a adequação do capital social mínimo e dos fundos próprios regulamentares) determina que o incumprimento das suas disposições “constitui contração prevista e punível nos termos da Lei nº 12/15, de 17 de Junho”. E, nos termos dessa mencionada Lei, quer as contrações quer as contrações especialmente graves são puníveis apenas com multas. Ou seja, não dão lugar a perda da licença. Apercebendo-se tarde da ‘distracção’, o BNA teve de encontrar uma solução. Decidiu então a ignorar os limites do Aviso, elaborado por si próprio, e passou a apresentar a violação genérica da Lei de Bases das Instituições Financeiras como argumento para a revogação das licenças. Entre outras, esta será, aliás, uma das razões por que

a finalização dos processos, sobretudo em relação ao Banco Postal, emperra na justiça.

O último exemplo é o que se passa agora com o Banco Económico. Várias semanas depois de o jornal ‘Expansão’ tornar público que o BNA estudava a ‘salvação’ do Banco Económico com recurso aos maiores depositantes, o governador do BNA não descartou a hipótese desta tal solução que pode colocar Álvaro Sobrinho novamente na estrutura do banco. Novamente, porque Álvaro Sobrinho, citado por várias fontes como um dos maiores depositantes do Banco Económico, é o mesmo banqueiro que levou a falência o Besa, do qual nasceu o Banco Económico. É o mesmo banqueiro cuja licitude da fortuna é colocada em causa por várias entidades da justiça e por vários jornais, alguns dos quais até, como o português ‘Expresso’, chegando mesmo a nomeá-lo como um dos maiores beneficiários do saque ao Besa.

Enfim... É caso para dizer que este país muito provavelmente não passa mesmo de uma falácia!



Mário Mujetes © VE



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;
222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao;
comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



ELISEU GASPAR,
vice-presidente da AIA

O programa de criação de 164 cooperativas 'Prospera Angola', nos municípios, inspirado pela AIA, desapareceu do mapa?

Não! E agora conta com o patrocínio da Confederação Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP).

Como será a comparticipação dos países?

Os Estados membros da CPLP devem ter um 'conselho nacional de segurança alimentar e nutricional'. Este órgão vai tratar de todas as matérias a esse nível internamente e será interlocutor na instância internacional. Neste momento, Angola e a Guiné Equatorial são os únicos países da comunidade que não têm instituído o respectivo conselho.

E qual é a reação do Governo?

O projecto teve uma boa abordagem da ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira, mas o mesmo não acontece com os departamentos ministeriais que estão com dificuldade de interpretar o pensamento da AIA. Se o foco é a diversificação da economia, não deve haver dispersão de recursos humanos e financeiros. Temos de estar todos debaixo de uma única sombrinha, um único comando. Isso, infelizmente, não está a acontecer.

29
TERÇA-FEIRA

O ministro dos Transportes, Ricardo d'Abreu, reconhece que "não tem sido fácil controlar o excesso de lotação" que se verifica diariamente nos transportes públicos, sobretudo em Luanda, visando travar a propagação da covid-19. E admitiu estar-se diante de "um grande desafio".

30
QUARTA-FEIRA

O Presidente João Lourenço exonera a governadora de Luanda, Joana Lina, cargo para o qual tinha sido nomeada em Maio de 2020. Ana Paula de Carvalho foi nomeada nova governadora.

31
QUINTA-FEIRA

O Conselho Económico e Social apresenta ao Executivo 153 sugestões para dar resposta a várias preocupações, entre as quais o desemprego, diminuindo a taxa de contribuição social das empresas que proporcionem aos jovens o primeiro emprego.



SEGUNDA-FEIRA

A Unita apresenta, no parlamento, um projecto de lei sobre a Liberdade de Reunião e de Manifestação que visa revogar a lei vigente, "por ser inconstitucional", e "salvaguardar a integridade" dos cidadãos.

32
SEXTA-FEIRA

O secretário de Estado do Tesouro e Finanças, Ottoniel Santos, anuncia que o Governo reviu a previsão de défice orçamental para este ano, antecipando agora um excedente de 2,6% do PIB.



33
SÁBADO

A Empresa Pública de Águas de Luanda (Epal) anuncia que vai instalar, provisoriamente, pontos colectivos de água para os moradores do bairro São João, após ter sido noticiada a escassez de água naquela zona do município do Cazenga.



34
DOMINGO

O empresário angolano-brasileiro Minoru Dondo garante não estar a responder a nenhum processo na justiça angolana por suspeitas de corrupção, negando qualquer benefício nos negócios por alegada proximidade ao ex-Presidente da República.



COTAÇÃO



PETRÓLEO SOBE...

O petróleo começou, esta terça-feira, a disparar, um dia depois do cancelamento da reunião da OPEP+, face a desentendimentos entre membros da organização e parceiros. O Brent, referência às exportações angolanas, iniciou a manhã a subir 0,54%, negociando 77,58 dólares. Já o WTI subiu 1,92% as entregas de Agosto para os 76,60 dólares.



ACÇÕES NORTE-AMERICANAS EM BAIXA...

As acções dos Estados Unidos da América abriram ligeiramente em baixa numa semana encurtada pelo feriado. O Dow Futuros caía na manhã desta terça-feira 0,1%, equivalente a 30 pontos. Já o S&P 500 era negociado em baixa de dois pontos, caindo 0,04%, enquanto, em sentido contrário, o Nasdaq 100 subia 18 pontos, ou seja, 0,1%.

Entrevista

MANUEL MBANGUI, DIRECTOR NACIONAL DO INEFOP

“O Estado deve investir nos aspectos estratégicos para que o resto venha por acréscimo”

Desde que iniciou o Plano de Acção de Apoio à Empregabilidade (Pape), conduzido pelo Instituto Nacional de Formação Profissional, já foram criados cerca de 10 mil empregos dos 85.500 previstos. O programa termina em 2022 e o director do Inefop, Manuel Mbangui, não teme pelo fracasso da iniciativa, manifestando-se confiante em alcançar a meta.

Por Júlio Gomes

Três anos depois do lançamento do Pape, acha que o programa cumpre a função para a qual foi criado?

Balacear o Pape é avaliar um pouco o contexto em que o país vive ou viveu durante os últimos três anos. O programa foi criado para mitigar o nível de desemprego que assola essencialmente a juventude. Na altura em que foi aprovado, a taxa de desemprego rondava os 28% (relatório do primeiro trimestre de 2019 do Instituto Nacional de Estatística). No entanto, tivemos de lançar mãos a todas as questões organizativas para a implementação do Pape, de tal sorte que o Decreto Presidencial 113/19 foi publicado a 16 de Abril de 2020. A partir de Maio do mesmo ano, iniciámos todo o processo de planeamento, incluindo a reestruturação dos aspectos que não faziam parte do Decreto Presidencial, mas que eram essenciais para a sua implementação.



Que elementos faltavam na concepção do programa?

No seu eixo de actuação, o Pape tem dois blocos fundamentais: o primeiro tem que ver com a formação profissional e o segundo com as questões do emprego. No modelo inicial, trabalhámos principalmente na componente formação. Entendemos que a formação é factor determinante para o sucesso dos pequenos empreendedores. Isso levou-nos a estruturar as equipas, a

identificar possíveis formadores e os passos que tínhamos de seguir para a formação profissional. Fizemos o lançamento do Pape em Outubro de 2019, no Kuando-Kubango, onde começámos a ver resultados práticos na implementação do programa. De Outubro de 2019 a Fevereiro de 2020, o programa já estava numa fase de implementação avançada.

O que isso representa em termos de resultados?

Nesse intervalo (2019/2020), beneficiámos mais de 100 jovens no Kuando-Kubango e em Luanda. No entanto, face à pandemia, as formações profissionais em todo o país tiveram de paralisar. Com isso, a implementação das componentes estratégicas ficou, de alguma forma, comprometida.

Logo, são poucos os ganhos, não? Na fase preparatória, conseguimos fechar a contratação de uma enti-

dade que pudesse fornecer equipamentos e meios necessários. Aliás, no Pape, além de 10 mil microcréditos, que é a nossa meta, tínhamos outra componente de 42 mil ‘kits’ para apoio aos empreendedores, 1.500 estágios para jovens e também temos o desafio de emissão das carteiras profissionais bem como a reconversão de três mil actividades informais em formais. Isso exigia de nós a necessidade de encontrar uma entidade para assegurar o andamento de todo o processo.

Qual é essa entidade?

O concurso público realizado em 2020 apurou, entre várias entidades, o consórcio Soti, que integra quatro empresas nacionais. Este assegura desde a requalificação, à construção e equipamento dos centros de formação profissional, bem como o fornecimento dos 42 kits para 17 especialidades formativas que vão desde cursos de construção civil (canalização, serralharia e electricidade de baixa tensão) jardinagem, agricultura, culinária, pastelaria, decoração, reparação de eletrodomésticos, entre outros. **Já mencionou a paralisação das**

“A um dado passo, a economia não consegue responder à procura tempestiva de emprego dos cidadãos. O que tem de ser feito é estimular as empresas para a recepção dessa força de trabalho.”

formações, face à pandemia. Que outras consequências práticas podem ser associadas à covid-19?

Quando se deu a flexibilização das medidas da pandemia, internamente, tivemos de fazer uma readaptação do Pape por conta das mudanças verificadas quer a nível do Executivo, quer do desemprego cuja taxa atingiu os 32% no ano passado com maior incidência nos jovens. Então, tivemos de adequar a nossa estratégia de empregabilidade no sentido de oferecer maior oportunidade aos jovens. Daí que, a 17 de Setembro de 2020, depois da paralisação de sete a oito meses, fizemos o relançamento do programa.

Que factores ‘pesam’ na entrega dos ‘kits’?

A entrega de meios está condicionada a um conjunto de procedimentos, a começar pela formação profissional. Não se pode dar qualquer benefício ao candidato sem a formalização do seu negócio. Isso passa pela constituição da sua pequena empresa, inscrição dos trabalhadores na segurança social e da Administração Geral Tributária (AGT), para a obtenção do número de identificação fiscal. Em Setembro, fizemos o relançamento no Uíge, no Alto Cawale, e sentimos que as medidas propostas estavam alinhadas com o contexto.

Qual é a abrangência do programa?

Atingimos 15 províncias e, em termos de relançamento, faltam-nos apenas Bengo, Zaire e Kwanza-Sul, às quais prevemos chegar já na primeira quinzena de Julho.

O que isso representa em termos de números?

Já temos 10 mil empregos gerados, três mil “kits” distribuídos, 156 jovens em processo de estágios profissionais e, nas 18 províncias, temos autonomia para que cada centro do Inefop realize acções quer de concessão de microcrédito, quer de entrega de ‘kits’. E conseguimos reformular o programa de microcrédito.

E como ficou configurado?

Assinámos um novo protocolo com o Banco Sol, passando o valor do microcrédito de 300 mil kwanzas para sete milhões de kwanzas para os nossos empreendedores. Conseguimos abater a taxa de juro, que é uma das mais baixas do mercado de 1,67% para 1,62%/mês e alargar o período de reembolso do crédito de 12 para 36 meses, com um período

de carência de três a seis meses em função do valor recebido. Paralelamente a isso, assistimos à publicação do Decreto Presidencial n.º 300/20 de 23 de Novembro sobre estágios profissionais.

Quer dizer que os estágios eram ilegais?

Em Angola, durante muito tempo, não conseguíamos implementar estágios profissionais por algumas insuficiências legais. Com o novo instrutivo presidencial, já é possível

Perfil

Contabilista que nunca pagou propina

Nasceu no Huambo onde fez estudos secundários, tendo, depois, ingressado na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto. “Nunca paguei propina. Sempre estudei no ensino público, da creche à faculdade”, observa Manuel Mbangui, que antes passou pelo sector privado. Antes disso, foi consultor de projectos no Ministério da Agricultura. Dirige o Inefop há três anos, “um mandato que já está quase a expirar”.

vel realizar o programa de estágios suportados pelo Executivo. Estamos a falar de 1.500 estágios e paralelamente a isso firmámos protocolos com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com a embaixada da Noruega para a concessão de 300 estágios circunscritos apenas ao município do Cazenga. Conseguimos com o PNUD e com a embaixada da Turquia realizar 150 estágios na Huíla.

Em termos concretos, qual é a intervenção destas entidades?

Asseguram a remuneração dos estagiários e participam nos subsídios para os tutores, bem como ajudam com equipamentos e material de biossegurança. São ganhos que entendemos ser substanciais.

Como são pagos os estagiários?

A remuneração é variável. Para os estagiários do primeiro ciclo, sem qualificação elevada, ou seja, do nível um e dois, recebem um salário mínimo nacional em função da actividade em que estão inseridos. Para os técnicos médios, um salário e meio. Para os bacharéis, dois salários mínimos e para os superiores dois salários e meio. Também assinámos um protocolo com a

Associação de Empresas Chinesas para assegurar a remuneração dos estagiários. E já recrutaram 14 estagiários.

Insiste nos estágios...

Enfatizamos o programa de estágios porque, muitas vezes, a dificuldade maior que os jovens têm é encontrar uma oportunidade de colocar o que sabem à disposição das empresas. A falta dessa oportunidade não permite que as empresas saibam do seu potencial. O nosso grande desafio passa por seleccionar e treinar os melhores em cada estágio. Com isso, as empresas terão a oportunidade de recrutar. O papel do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) é apenas de facilitador do contacto entre a empresa e o estagiário, deixando a responsabilidade de quem vai recrutar as empresas.

Mas há garantias de que os beneficiários dos ‘kits’ estejam mesmo a trabalhar?

O Ministério já realiza programas de distribuição dos ‘kits’ desde 2003, no âmbito do programa ‘Cidadania e Emprego’. Isso permitiu, ao longo desse tempo, acumular algum aprendizado. Hoje, para a concessão de kits, um dos aspectos a ter

em conta é conhecermos o nosso beneficiário. É por isso que optamos pela formação para apurar as componentes técnicas do negócio e habilidades comportamentais. Portanto, existe uma fronteira clara entre o que é meu e o que é do negócio. No fundo, apelamos para que, antes de receber, ele tenha a responsabilidade para outras gerações. Se não restituir, compromete a continuidade do programa. Assim, desde 2010, temos o apoio do Banco Sol nesta iniciativa e não paramos com a distribuição dos microcréditos e dos ‘kits’.

Pensa ser este o caminho para reduzir o acentuado desemprego?

O que estamos a fazer não é mera iniciativa do sector. Resulta também de estudos comparados que encontram alguma resposta naquilo que são as práticas internacionais e das recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A OIT estabelece numa das suas convenções (123) que os países devem adoptar uma política de emprego que permita a inclusão dos seus cidadãos no tecido produtivo de forma digna, inclusiva e aberta a todos com maior incidência nos jovens. E com as crises, os países foram orientados a assumir medidas activas do mercado de trabalho que permitissem fazer o ajustamento da procura e da oferta do emprego.

Mas o MAPTSS não estará a substituir-se à iniciativa privada?

Procuramos trabalhar com as pessoas que querem trabalhar para que tenham condições de ser empregadas.

Está a formar-se muita gente que depois não encontra inserção laboral.

A um dado passo, a economia não consegue responder à procura tempestiva de emprego dos cidadãos. O que tem de ser feito é estimular as empresas para a recepção dessa força de trabalho, por um lado, e, por outro, são as iniciativas do empreendedorismo, em que se encaixa o auto-emprego. Se o cidadão já tem uma profissão, consegue produzir um bem, esse bem não pode ser comercializado? Se entendermos que sim, então esse cidadão deve ser potenciado para ser um factor de geração de emprego. São esses componentes de medidas activas que funcionaram em



Mário Miljates © VE

Entrevista

Continuação da página 5



Mário Marques © VE

França e mesmo em Espanha. Aliás, por causa da pandemia, a própria União Europeia fez recentemente sair uma recomendação para que os países intensificassem as medidas no domínio das políticas activas do trabalho.

Num contexto de dificuldades económicas extremas, não é difícil a aplicação dessas 'políticas activas'?

É uma situação que não resolve efectivamente o problema do desemprego em Angola, mas visa mitigar o efeito. Porque, de forma induzida, estamos a dar condições às pessoas de ter uma ocupação, empreendimento e rendimento. As pessoas ocupadas sentem-se mais valorizadas. Com isso, começam a ter uma perspectiva a seguir. Por outro lado, quando essa conjuntura de pandemia for ultrapassada, o emprego vai crescer de forma sustentável. No entanto, isso não obsta que se tomem medidas que minimizem o impacto do desemprego no país.

Voltemos à questão do espaço que está eventualmente a retirar-se ao sector privado...

O que o Estado está a fazer é estimular os privados a serem competitivos. Não está a substituí-los. Quando se estabelece a distribuição dos 'kits', do microcrédito ou se promovem estágios, não é o Estado que está a fazer. Este apenas cria estímulos, retirando parte dos encargos da formação para as empresas. A relação é directa entre o estagiário e a empresa. No caso do microcrédito e dos kits, a situação é muito mais clara. O Estado intervém apenas para facilitar o processo, porque, no fim do dia, quem beneficia é o cidadão que garante a sua ocupação e rendimento. Isso acontece em qualquer sociedade. As crianças nascem dentro de uma família, ganham autonomia, crescem e lançam-se para a vida. Mas, se não dermos tratamento devido na fase de crescimento, dificilmente avançarão

para a vida. O mercado empresarial é a mesma coisa: é competitivo e é também agressivo, por isso, muitas vezes, sozinho nem sempre se chega lá.

Parte-se para o fomento do empreendedorismo, num mercado com baixo nível de consumo...

Boa questão! Essas iniciativas, por si só, também geram consumo e necessidades.

De que forma?

Se formos a olhar para o nosso mercado, independentemente das dificuldades que as famílias atravessam, elas têm um conjunto de necessidades que devem ser satisfeitas. Tal como alguns países vão adoptando, existem estímulos ao consumo de manutenção das famílias e de empresas que consomem matéria-prima para continuarem a sua actividade produtiva. Assim, ao prepararmos os pequenos empreendedores, estamos a fazê-

-lo numa perspectiva para atenderem pequenos vazios. Hoje vamos tendo, nos nossos bairros, a necessidade de um electricista. É uma necessidade permanente. Estamos a trabalhar com componentes na área da agricultura, por exemplo, em que, com os meios que colocamos à sua disposição, aumenta a sua produtividade, logo na nossa mesa teremos sempre tomate. O que fazemos aqui é tornar o nosso empreendedor competitivo. Encontrar oportunidades mesmo em tempo de crise. Não ficar do lado do problema, mas encontrar soluções. De resto, a nossa responsabilidade é estimular as pessoas a agirem de forma responsável e consciente.

Qual é o papel das associações empresariais?

São, em todo esse caminho, agentes determinantes, porque congregam um conjunto de informações que afectam o sector e intervêm à

medida do possível e vão alertando as autoridades para o que efectivamente se passa. No entanto, existem algumas debilidades quer a nível dessas associações empresariais, quer de outras estruturas no que concerne à estruturação de fundos de apoio aos próprios empresários.

Pode ser mais explícito?

Em outras latitudes, as associações empresariais crescem de tal sorte que até elas mesmas constituem fundos de autofinanciamento. Elas é que fazem dinamizar os outros quando estiverem em dificuldades para caminharem juntos.

Mas, na montagem das estratégias, são ou não contactadas?

Por agora, elas são nossas interlocutoras para questões estratégicas. Mesmo ao nível do Pape, existe um órgão consultivo em que as associações empresariais e sindicais entram e sentamo-nos

“Teoricamente falando, parece que devíamos deixar o mercado funcionar de forma livre. Até nas grandes economias, as grandes empresas, em tempo de pandemia, tiveram de ‘bater à porta’ ao Estado.”

Manuel Mbangui,
director nacional
do INEFOP

É preciso encontrar um mecanismo para que aquele que não tem salário primeiro comece a ter para depois se encontrar um equilíbrio.

Em outras latitudes, as associações empresariais crescem de tal sorte que até elas mesmas constituem fundos de autofinanciamento

Quando se estabelece a distribuição dos ‘kits’, do microcrédito ou se promovem estágios, não é o Estado que está a fazer. Este apenas cria estímulos, retirando parte dos encargos da formação para as empresas.

à mesa para realinhar as estratégias. Aliás, existe uma comissão de acompanhamento dos estágios em que participam não só as associações como também outros órgãos do Executivo.

O Estado parece apostado em fazer tudo. O MAPTSS distribui ‘kits’, o mesmo que os ministérios do Planeamento e da Agricultura... Teoricamente falando, parece que devíamos deixar o mercado funcionar de forma livre. Até nas grandes economias, as grandes empresas, em tempo de pandemia, tiveram de ‘bater à porta’ ao Estado. Na nossa realidade, o Estado nem tem como fazer tudo. Porém, existem segmentos bastantes em que, se não houver intervenção do Estado, teremos resultados muito adversos. Estou a falar de camadas incapazes de enfrentar a competitividade. O Estado estabeleceu, para si mesmo, uma protecção social de base.

Mas hoje a maioria da população está vulnerável, mesmo aquela que está empregada...

É preciso encontrar um mecanismo para que aquele que não tem salário primeiro comece a ter, para depois se encontrar um equilíbrio. Para quem já trabalha, temos de melhorar as com-

petências e para quem nunca teve acesso a alguma formação, então temos de encontrar caminhos para que entre no mercado do trabalho. À medida que vamos avançando, vamos consolidando as coisas.

O Pape termina em 2022. Até lá, acha que serão atingidos os 85.500 empregos previstos?

Há três meses tínhamos pouco mais de dois mil empregos. O início é difícil, mas, à medida que vamos avançando para as províncias, estamos confiantes; já estamos em quase 11 mil empregos. O problema era da aquisição de ‘kits’, mas já está ultrapassado.

Qual é o valor dos ‘kits’?

Variam entre 400 mil kwanzas, os mais baixos, e, na agricultura dois milhões de kwanzas.

Só trabalham com o Banco Sol?

Trabalhamos com o BAI Microfinanças, com o BCI e com o BPC, mas só nos consolidámos com o Banco Sol por ter uma estrutura de acompanhamento do microcrédito muito avançada. Só por isso estamos com essa entidade até hoje. Portanto, existe uma tradição com esse banco com o qual trabalhamos desde 2010.

Quanto é que já foi concedido em termos de microcrédito?

Desde o lançamento do programa, a carteira de crédito ronda os 2.000 milhões de kwanzas. E atingimos mais de 25 mil beneficiários.

E quanto ao reembolso?

Em épocas normais, fica em cerca de 30% não mais do que isso. Hoje, nesse período atípico, anda à volta de 40 a 45%, um crescimento de 10 a 15%. Para um programa dessa natureza, ainda é comportável. Mas, se a taxa de incumprimento crescer de forma descontrolada, compromete-se o programa.

Qual é a situação dos centros de formação profissional?

Os centros funcionam só que temos um calendário com paralisações. Retomámos a actividade a 8 de Junho no Cunene e as acções formativas ocorrem em todo o país. Estamos com 156 unidades formativas e mais de 21 mil adolescentes e jovens em processo de formação profissional e 1.300 formadores que completam a estrutura do próprio Inefop em 3.000 funcionários.

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...



Assinaturas:
assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Economia/Política

NAS CONTAS ANGOLANAS

Impasse na OPEP+ volta a provocar sentimento ‘agridoce’



Angola tem simultaneamente excedente e perdas estimadas em milhões de dólares com o aumento dos preços do petróleo.

PETRÓLEO. Se, por um lado, o impasse aumenta as receitas fruto do aumento do preço do barril, por outro, também aumenta o dinheiro que potencialmente se perde pela incapacidade de produção.

Por César Silveira

O impasse entre os membros mais influentes da OPEP+ na definição das quotas de produção para os próximos meses provocou uma subida considerável no preço do barril, precipitando uma espécie de sentimento agridoce às contas angolanas. Se, por um lado, aumentam as receitas com as exportações, por outro, também aumentam as perdas potenciais, face à incapacidade de produção ao nível das quotas atribuídas nos termos do acordo do cartel que vigora desde o ano passado.

Em Maio, estas perdas estavam estimadas em cerca de 13,588 milhões de dólares, de acordo com cálculos do **Valor Económico**, considerado que o país produziu menos 204 mil barris, face à quota a que tem direito (1,283 mbd). No período, o preço médio do barril calculado pela OPEP foi de 66,61 dólares contra os mais de 75 dólares negociados nos primeiros dias desta semana.

Angola iniciou o acordo em vigor desde Abril 2020 dando sinais de que, neste período, aproveitaria melhor, face ao aproveitamento conseguido com os acordos anteriores, tendo sido até a primeira vez que o país iniciou um acordo semelhante indicando que produziria no limite da quota.

O país chegou mesmo a produzir acima da sua quota e recebeu, inclusive, uma moratória dos outros membros do cartel no sentido de reduzir a produção. No entanto, depois de registar o primeiro défice em Outubro de 2020, a produção esteve sempre

abaixo da quota com tendência de crescimento do ‘gap’.

O primeiro acordo neste figurino foi alcançado em Dezembro de 2016 e entrou em vigor em Janeiro de 2017, tendo-se estendido até ao final do mesmo ano. Angola tinha a ‘obrigação’ de produzir apenas 1,673 mbd. No entanto, a média diária de produção neste ano foi de 1,634 mbd, cerca de 39 mil barris abaixo da quota.

O IMPASSE

Depois dos primeiros sinais de desentendimento na semana passada, os membros do acordo OPEP+ tinham previsto voltar à mesa das negociações nesta segunda-feira para procurar ultrapassar o impasse entre a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos na definição das quotas de produção, mas a reunião foi adiada.

Na última sexta-feira, a

OPEP+, liderada pela Arábia Saudita e pela Rússia, votou um aumento da produção em cerca de dois milhões de barris por dia entre Agosto e Dezembro deste ano e, ao mesmo tempo, um prolongamento dos restantes cortes na produção até ao final de 2022, em vez de Abril do mesmo ano, mas os Emirados Árabes Unidos bloquearam o acordo, como escreve a Reuters.

Os Emirados Árabes Unidos consideram a proposta “injusta”, argumentando que aumentar a produção, sob a condição de prorrogar o contrato actual, “prolongaria o volume de produção de referência” de 2018 até Dezembro de 2022. E, como consideram que a manutenção nesses valores prejudica os Emirados, pedem que os volumes de referência sejam revistos em alta para assegurar que o nível de produção seja “equitativo para todas as partes”.

A FEIRA INTERNACIONAL DE LUANDA (FILDA) pode acontecer no segundo semestre deste ano num formato presencial, cumprindo com as medidas de biossegurança, por causa da pandemia do coronavírus, segundo o secretário de Estado para a Economia, Mário Caetano João.

Filipe Comandala,
director provincial
dos Transportes
Tráfego e Mobilidade
Urbana de Luanda



FROTA DOS TRANSPORTES URBANOS MAIS QUE DUPLICA

Luanda tem seis 'novas' operadoras

TRANSPORTES. Número de operadoras aumentou desde 2019. Tura e SGO deixaram de operar e deram lugar a outras. Governo vai reforçar os transportes rodoviários e anuncia o regresso dos 'Minguitos'.

Por Isabel Dinis

Luanda mais do que duplicou o número de operadoras de transportes públicos urbanos, passando de quatro, em 2019, para as actuais nove.

Há dois anos, operavam em Luanda, a Tcul, empresa pública, e as privadas Macon, Tura e Angoaustral, que juntas tinham disponíveis 214 autocarros. Uma quinta, a SGO, havia desaparecido antes antes.

O Ministério dos Transportes disponibilizou, entretanto, novos autocarros para as operadoras e realizou um concurso público para a entrada de novas empresas, como explicou o director provincial dos Transportes Tráfego e Mobilidade Urbana de Luanda, Filipe Comandala, durante a apresentação do projecto do Metro de Superfície de Luanda.

Assim com a saída em cena da Tura e da SGO, por problemas

económicos, entraram as operadoras Rosalina, Camcom, Cidralia, Strang, Impala e Angoreal. Esta última já manobrava transportes urbanos há muitos anos, mas não fazia parte da lista das empresas operacionais registadas pelo Governo Provincial de Luanda.

A província passou então de 214 para mais de 500 autocarros, número considerado "ainda insuficiente" para as necessidades da capital, estimadas em sete mil viaturas.

O número de autocarros é controlado pelo sistema de bilhética. Filipe Comandala explica que as operadoras podem ter outros autocarros, mas não estão controlados pelo sistema de bilhética. E os mais de 500 autocarros transportam, em média diária, mais de 336 mil passageiros.

SUBVENÇÕES VÃO CONTINUAR

As subvenções nos transportes vão continuar, como acontece em outras partes do mundo, garante Filipe Comandala. A mudança vai residir no controlo e pagamento

do que é realmente transportado, assegurado pelo novo sistema de bilhética em fase experimental. "A implementação do sistema de bilhética veio revolucionar o sistema dos transportes públicos, porque no passado era como se fosse o jogo do 'gato e o rato'. Os operadores fingiam que transportavam e nós fingíamos que acreditávamos. Eles diziam que transportavam mil e não tínhamos como aferir", explicou Filipe Comandala. O novo sistema terá sido recebido com "resistência" pelos operadores, mas, segundo o GPL, já há resultados que passam "por um melhor controlo" e pelo aumento do rendimento das operadoras.

'MINGUITOS' REGRESSAM

O Ministro dos Transportes anunciou que Luanda vai receber novos autocarros, "em breve". Ricardo Viagas d'Abreu anunciou o regresso dos autocarros articulados, os famosos 'Minguitos', que voltam a circular em Luanda 28 anos depois. Deverão entrar em acção 923 destes autocarros.

SUBSÍDIOS AOS COMBUSTÍVEIS

Angola gastou mais de 314,40 mil milhões kz em 3 meses

O Governo gastou, no primeiro trimestre, 314,40 mil milhões de kwanzas em subsídios aos combustíveis, 159,58 mil milhões dos quais para subsidiar 386,71 toneladas de gasóleo.

Com a gasolina o Governo gastou cerca de 94,29 mil milhões e com o Gás de Petróleo Liquefeito (LPG) 56,66 mil milhões. O valor mais baixo foi gasto para cobrir os custos com o petróleo iluminante, cerca de 3,88 milhões de kwanzas, segundo o Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (Igape).

A retirada destes subsídios é uma das recomendações do Fundo Monetário Internacional no âmbito do programa de assistência técnica e financeira a Angola que prevê a implementação em simultâneo de um programa de transferências sociais para as famílias mais vulneráveis.

Em recentes declarações à imprensa, a ministra das Finanças, Vera Daves, disse que o Governo busca uma

solução "no melhor momento" para acabar com as subvenções aos combustíveis.

Em declarações ao **Valor Económico**, o economista Gilberto Segunda nota, por sua vez, que, apesar de necessária, a retirada dos subsídios aos combustíveis num período "bastante sensível" do ponto de vista económico, "provocaria problemas económicos de diversas naturezas". O economista destacou também o risco inflacionário em caso de aumento e a oscilação nos preços dos bens e serviços.

Na mesma linha, o politólogo David Sambongo não descarta o risco de o país viver convulsões sociais, por causa dos efeitos na economia de uma eventual subida dos combustíveis. O académico entende que o programa do Governo de apoio às famílias, através de transferências sociais monetárias, o Kwenda, é "insuficiente", face ao valor do apoio e do número de famílias pobres no país. O último reajuste nos preços dos combustíveis aconteceu em 2016.

Por Gil Lucamba



Mercados & Negócios

APESAR DAS NOVAS HIPÓTESES COM A NOVA LEI

BNA não descarta cenário que colocaria Álvaro Sobrinho como accionista do Banco Económico

BANCA. Possibilidade de Álvaro Sobrinho ‘regressar’ à estrutura accionista do Banco Económico tem agitado o sector bancário, considerando o histórico de falência do então Besa.

Por César Silveira

Apesar de estarem em cima da mesa “várias possibilidades” no processo de ‘salvação’ do Banco Económico, conforme as disposições da nova Lei das Instituições Financeiras, o Banco Nacional de Angola (BNA) continua a ter entre as opções a única que vinha sendo estudada que consistia na transformação dos 10 maiores depositantes em accio-

As razões das reservas sobre Álvaro Sobrinho

A origem dos fundos dos accionistas bem como a idoneidade destes são dois dos principais pressupostos na avaliação e aprovação dos accionistas bancários. E Álvaro Sobrinho tem o nome citado em diversos escândalos financeiros e, consequentemente, processos judiciais. Aliás, terá sido a demora na avaliação sobre a sua idoneidade por parte do Banco Nacional de Angola que levou o banqueiro a renunciar, em 2019, à presidência do conselho de administração do Banco Valor. Na ocasião, em declarações públicas, o empresário manifestou-se des-

contente pela demora do BNA na avaliação que decorreria, segundo ele, desde Novembro de 2018. Álvaro Sobrinho chegou mesmo a acusar o governo do Banco Central de agir em dualidade de critérios, já que, antes, havia autorizado o banqueiro a adquirir as participações de outros sócios para se tornar accionista maioritário do banco com 56,5%, comprando as participações do irmão, Emanuel Madaleno, e do antigo vice-governador do BNA, Rui Minguêns. Citado por diversas fontes como beneficiário de parte dos créditos cedidos pelo então Besa

e cujos beneficiários ‘desapareceram’, Álvaro Sobrinho tem o nome associado a outros escândalos como, por exemplo, nas Ilhas Maurícias onde foi interrogado em 2018 sob acusação de crimes de corrupção e branqueamento de capitais. Em relação ao caso Besa, sempre que tem oportunidade considera-se inocente. Em 2018, porém, perdeu um processo de difamação interposto em Londres contra o jornal português ‘Expresso’ por uma publicação deste órgão português de 2014, dando conta que o empresário tinha sido um dos beneficiários dos créditos do Besa.

nistas do banco.

“Temos um leque maior de opções que a nova lei traz, então estamos a fazer um ajustamento daquilo que trazíamos inicialmente como solução com tudo o resto que a lei neste momento permite no sentido de termos algo mais robusto. Estamos em uma fase adiantada do trabalho”, adiantou o governador do BNA ao *Valor Económico*, à margem da conferência de imprensa do Comité de Política Monetária

José Massano nega-se, no entanto, a descartar a hipótese de transformação dos maiores depositantes em accionistas, face ao alargamento das opções com a nova lei. “Não podemos pôr assim a situação, estamos a avaliar, temos um leque maior de opções, estamos a ver até que

Em 2019, o banqueiro renunciou ao cargo de PCA do Banco Valor, alegando demora do BNA na análise da sua idoneidade.



OS AUDITORES DA CROWE fixaram em 2,9 mil milhões de kwanzas os juros de mora que a gestão da Empresa de Limpeza e Saneamento (Elisal EP) deverá pagar à AGT e ao Instituto Nacional de Segurança Social por atraso nos prazos de liquidação dos impostos devidos.

José Massano conduziu o dossier que culminou com a saída de Álvaro Sobrinho do então Besa e voltar a estar com processo que pode ditar o regresso do banqueiro.



RIL: BNA espera nota positiva até ao final do ano

Depois de as reservas internacionais líquidas terminarem consecutivamente nos dois meses anteriores abaixo dos 8 mil milhões de dólares, em Junho voltaram a estar acima deste limite, mais concretamente 8.318,60 milhões de dólares.

A tendência decrescente das reservas que se regista desde 2017 motiva interrogações sobre a possibilidade de terminar o ano abaixo dos 8 mil milhões. No entanto, José de Lima Massano acredita na possibilidade de as reservas externas fecharem o “ano com uma nota positiva”, subli-

nhando que “o comportamento do preço do petróleo tem-se mostrado favorável” e a “expectativa é que, com a produção também se mantendo estável, continuar a ter um bom nível de reservas”. “Temos essencialmente nas reservas três componentes, uma delas que são os activos próprios do Banco Nacional de Angola. Temos uma componente que são os activos dos bancos comerciais junto do Banco Nacional de Angola e temos depois os activos do tesouro. As duas primeiras são muito estáveis, depois temos o tesouro que vai fazendo despesas e tem esse impacto. Por outro lado, temos os chamados passivos

de reservas. Neste momento, por exemplo, os nossos activos em moeda estrangeira são de cerca de 12 mil milhões, mas depois temos de fazer estes exercícios de compilação das reservas internacionais adoptando os manuais de estatística monetária do Fundo Monetário Internacional, temos de deduzir os passivos então dá esta fotografia”, explicou, Massano.

A 30 de Outubro de 2017, início de governação de João Lourenço, as reservas situavam-se nos 15.358 milhões de dólares. E, desde então, mantém-se uma tendência de queda, tendo alcançando a cifra dos 8 mil milhões de dólares em Novembro de 2020.

Inflação descontrolada força novas medidas

O Comité de Política Monetária do BNA anunciou, na última sexta-feira, medidas visando controlar a tendência crescente da inflação, depois de as medidas anteriores se revelarem insuficientes. “As pressões inflacionistas persistem e revelam-se maiores que o esperado, apesar de medidas terem sido tomadas para minimizar o choque da oferta registado, essencial-

mente, no primeiro trimestre do ano em curso”, informou o BNA, reforçando que depois, de “um período suficiente de observação, as medidas adoptadas não se mostraram suficientes para permitir maior estabilidade”. “Estamos com uma variação de preço ao nível do que registamos em Dezembro do ano passado e o mês de Dezembro é um mês atípico”, explicou o governador do Banco Central.

Apesar do cenário, o BNA mantém a inflação estimada para o ano em 19,5%, tal como

em Junho. E, para alcançar o objectivo, aposta em medidas como o aumento da taxa básica de juro que passou de 15,5% para 20%, bem como o aumento da taxa de juro da facilidade permanente de cedência de liquidez que saiu de 19,88% para 25%.

O BNA decidiu também aumentar a taxa de juro da facilidade permanente de absorção de liquidez de 7 dias de 12% para 15%. José Massano justificou este aumento com a necessidade de atrair os depositantes.

ponto este leque maior, de modo combinado, possa dar maior robustez na solução definitiva do banco”, argumentou.

Apesar de nunca ter sido confirmada oficialmente pelo BNA, a solução dos depositantes, segundo fontes bancárias, tem sido encarada com reservas no sector, por razões reputacionais, face, entre outros factores, ao provável regresso do banqueiro Álvaro Sobrinho na estrutura do banco que nasceu do extinto Besa.

Álvaro Sobrinho esteve ligado ao Besa desde o início até ao seu desaparecimento, enquanto accionista e gestor máximo, sendo a sua gestão apontada como a principal responsável pelo colapso do banco que deu origem ao Banco Económico.

José de Lima Massano recu-

sou-se, no entanto, a comentar a possibilidade de Álvaro Sobrinho entrar na estrutura do Banco Económico por via da única solução que esteve sobre a mesa até há pouco tempo. “Não vamos entrar naturalmente no nome de A, B ou C. Temos uma solução que está a ser equacionada com várias nuances, com o enquadramento na nova lei”, respondeu ao *Valor Económico*.

Em causa está a necessidade de recapitalização do banco com valores que oscilam entre os 300 e 500 mil milhões de kwanzas, numa altura em que se afasta a hipótese de injeção de dinheiro público no banco, depois de o Estado já o ter feito em 2014, na primeira passagem de José de Lima Massano como governador do BNA.

Durabilidade e segurança das novas notas

José de Lima Massano reiterou, por outro lado, que o BNA ainda não teve qualquer registo de notas falsas da nova família de kwanzas que começaram a circular há sensivelmente um ano. “Nós, até aqui, não tivemos nenhuma nota falsa, e aqui particularmente ao que se refere ao polímero da nova família. Portanto, é um tema que ficou

resolvido felizmente”, garantiu a este jornal.

A durabilidade da ‘serie 2020’ é outra das características destacadas pelo BNA por ocasião da apresentação das notas. No entanto, o aparecimento de algumas notas já degradadas vão motivando interrogações, as quais José Massano responde sem rodeios. “Têm maior durabilidade mas não significa que resistam a tudo”, explica, salientando que o BNA ainda não teve a necessidade de fazer

destruição de notas. “À medida que as notas chegam ao Banco Nacional depositadas pelos bancos comerciais há um processo de saneamento, substituímos as notas em maus estados por notas novas e não tivemos ainda a necessidade de pôr a nossas máquinas a destruir estas notas”, garantiu, salientando tratar-se de “um ganho muito impactante ao nível dos próprios custos com a gestão do meio circulante que era um dos objectivos com a introdução do polímero”.

Mercados & Negócios



Mário Nijetes © VE

UTENTES RELATAM VÁRIOS CONSTRANGIMENTOS

BPC nega cartões multicaixa a clientes sem salários domiciliados

BANCA. Oficialmente, instituição garante que os cartões estão disponíveis para todos os clientes, mas admite restrições pontuais nas agências para minimizar fraudes bancárias.

Por Gil Lucamba

O BPC suspendeu a entrega de cartões multicaixa a clientes que não têm os salários domiciliados na instituição, medida que está a criar constrangimentos a vários clientes.

Numa ronda efectuada por diversas agências do BPC, o **Valor Económico** apurou a denúncia de vários clientes, confirmada por vários funcionários do banc. “É uma orientação superior, só estamos a conceder os cartões a quem tenha o salário domiciliado no banco”, respondeu a funcionária

de uma agência situada na Vila Alice em Luanda.

Assim, os clientes, para transferirem ou levantarem algum dinheiro, estão obrigados a acordar cedo e enfrentar as longas filas que caracterizam as agências do banco.

O comerciante Aliou Bary, por exemplo, expressou o seu desagrado com a situação. Frustrado por não conseguir tratar o multicaixa, disse que tem enfrentado dificuldades para fazer levantamentos no banco, por não dispor de tempo para esperar todo dia. Na terça-feira da semana passada, exemplificou, chegou a uma dependência do BPC por volta das 6 horas e viu-se foçado a abandonar a fila por volta das 11 horas, sem conseguir sequer aproximar-se da

porta. No dia seguinte, enfrentou a fila por cerca de três horas e só com a intervenção de um amigo que tem um conhecido na agência conseguiu levantar uma parte do dinheiro.

Fonte oficial do banco garante, entretanto, que os cartões estão disponíveis para todos os clientes. “Mas, devido ao elevado número de fraudes com recurso aos cartões, o processo é mais selectivo para garantir que estas contas não sejam usadas em operações fraudulentas”, acrescentando que o banco ainda não tem um normativo sobre o a decisão, mas que “as agências pontualmente vão fazendo um maior filtro”.

Como exemplo destas fraudes, a fonte citou casos de clientes que,

MEMORIZE

- Nos finais de Abril e Maio, os clientes do banco tiveram inúmeras dificuldades para usar os respectivos cartões multicaixas por alguns dias, coincidindo com o período do pagamento de salários.

depois de vários anos “sem usar a conta, reaparecem, solicitam cartões e no dia seguinte recebem transferência de dois milhões de kwanzas”. “Algum tempo depois nos apercebemos que aquele dinheiro surgiu de uma transferência ilegal de um cliente de um outro banco”.

Nos finais de Abril e Maio, os

clientes do banco tiveram inúmeras dificuldades para usar os respectivos cartões multicaixas por alguns dias, coincidindo com o período do pagamento de salários. Na altura, o BPC justificou que havia limitado as operações com cartões multicaixa para “mitigar a exposição do banco à acção de redes organizadas, promotoras de operações fraudulentas em larga escala” que colocam em risco os activos e poupanças dos clientes. Já em finais de Maio e início de Junho, o banco justificou os embaraços com problemas técnicos, explicando que está a modernizar a sua infra-estrutura tecnológica de armazenamento e processamento de dados, e estimando prestar serviço “com maior qualidade” a partir do final de Junho.

A COMISSÃO DO MERCADO de Capitais (CMC) pretende que os bancos comerciais libertem parte dos Títulos Públicos que detêm na sua carteira de investimentos e os repassem ao público, no mercado secundário, para tornar este segmento mais acessível e participativo.

INDÚSTRIA ASSEGURA MERCADO

Zeepack contra importação de embalagens

O director-geral da Zeepack, Carlos Alves, mostra-se contra a importação de embalagens flexíveis e caixas de cartão perante "a elevada produção interna". O gestor apela, por isso, as autoridades para a adopção de restrições no sentido de travar o que considera de "concorrência desleal", já que "em nada contribui para a economia nacional" pela não geração de empregos e pagamentos de impostos, além de estar contra a actual política de diversificação da economia. "É importante perceber que, nos dias de hoje, em Angola já se faz embalagens primárias e secundárias sem necessidade de se importar," assegura. Carlos Alves explica que a sua fábrica, situada no Pólo Industrial de Viana, tem capacidade de produção de 30 mil toneladas anuais e pretende

atingir a capacidade instalada com a entrada em funcionamento, a partir do próximo ano, de uma unidade de reciclagem de papel, em fase de conclusão.

O gestor espera, no entanto, contar com parceria de entidades governamentais na criação de pontos de recolha nos bairros.

"Ajudaria a limpar Luanda e abastecer-nos-ia de matéria-prima para fazermos produto 'made in Angola'", refere, dando conta de que as vendas a clientes de vários sectores, com realce para a agricultura, pesca, bebidas e cosmético, se situa entre 9 e 10 mil toneladas anuais.

Quanto à produção de garrafas pet (utilizadas no engarrafamento de águas), o processo está dependente de financiamento e de apoio estatal, "tendo em conta as burocracias encontradas na banca". Ainda assim, a unidade começou a dar passos na produção de garrafas.



FÁBRICA DE BOTAS E UNIFORMES MILITARES

EFCU nunca apresentou resultados positivos

A Empresa Fabril de Calçados e Uniformes (EFCU) registou, nos últimos três anos, prejuízos acumulados na ordem dos 4.960 milhões de kwanzas.

Criada por Decreto Presidencial n.º 148/17, pela "necessidade de se reduzir os custos de importação de uniformes e calçados militares", com um aporte financeiro de mais de 11 milhões de dólares, a empresa reportou resultados negativos de mais de 1,1 mil milhões de kwanzas em 2017 e 1,18 em 2018, ano em que a direção declarou insolvência e os rácios demonstravam já a sua incapacidade de honrar com os compromissos.

Nos anos seguintes, conforme os relatórios e contas tornados públicos, os prejuízos avolumaram-se, somando-se em 1,55 e 1,70 mil milhões de kwanzas em 2019 e 2020, respectivamente.

O relatório, que não foi auditado por entidade independente, refere que, até 31 de Dezembro de 2020, a empresa tinha disponíveis 801,9 milhões de kwanzas. Os cus-

tos com o pessoal (1500 trabalhadores) fixaram-se nos 1,063 mil milhões de kwanzas, sendo suportados pela Casa de Segurança do Presidente da República, apesar de a empresa estar dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A EFCU, tutelada pelo ministério da Defesa Nacional, reporta ainda que herdou todo património da Fábrica de Botas e Uniformes, anteriormente tutelada pela Casa de Segurança do Presidente da República.

SIMPORTEX RECEBE AVULTADAS SOMAS DO ESTADO

A Simportex, por seu lado, outra empresa do sector da defesa e segurança, tutelada pela mesma entidade, teve resultados positivos na ordem dos 2,047 mil milhões de kwanzas. Mas há dois anos que o auditor apresenta reservas, já que a Simportex recebe avultados valores da tutela sem que para isso exista um contrato.

No relatório de 2020, diz o auditor, encontra-se registado, na rubrica de 'outros valores a pagar', o mon-

tante superior a 31 mil milhões de kwanzas, correspondente ao valor adiantado pela tutela para a execução financeira de contratos de fornecimento de equipamentos, bens e serviços pertencentes ao Ministério da Defesa.

No mesmo documento, encontram-se registados, na rubrica de 'diferimento de proveitos', mais de 4 mil milhões de kwanzas referentes a proveitos realizados no exercício de 2018 que ainda não se encontram reconhecidos na demonstração de resultados de 2020. O relatório acrescenta que, pelo facto de não existirem informações concretas acerca das razões deste não reconhecimento por parte da área comercial da empresa, não é possível ao auditor concluir "acerca da razoabilidade deste registo, nem da necessidade de se serem reconhecidos na demonstração de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020". O auditor termina, declarando que as demonstrações financeiras, relativas ao exercício terminado de 31 de Dezembro de 2019, incluem reservas.

Por Gil Lucamba

DE JURE

SOBRE O REGIME GERAL DAS ENTIDADES ADMINISTRATIVAS INDEPENDENTES

AN discute proposta de lei na especialidade

DEBATE. Documento é analisado na especialidade depois de aprovado na generalidade com 134 votos favoráveis e 53 abstenções.

Por Redacção

O ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República esclareceu, esta segunda-feira, que “o Regime das Entidades Administrativas Independentes tem regulamento específico”.

Durante o debate, na especialidade, no âmbito da Proposta de Lei sobre o Regime Geral das Entidades Administrativas Independentes, Adão de Almeida afastou a hipótese de o mesmo regular todas as entidades.

“Essa Lei tem essa particularidade, como ela se dirige a um complexo de destinatários, entidades administrativas independentes muito específicas, não tem vocação para regular todas as entidades administrativas independentes e algumas ela própria tira do seu âmbito, é o caso da CNE (Comissão Nacional Eleitoral)”, explicou.

Para Adão de Almeida, era difícil encontrar-se um regime geral que se aplique a todas as entidades administrativas independentes, dando conta que a Lei “é aplicável às entidades administrativas independentes que quando forem criadas, por lei própria, se sujeitem ao seu regime”.



Adão de Almeida, ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República

A lei em análise que aprova e cria a Comissão Nacional Eleitoral (CNE) não vai dizer que ela se sujeita a esse regime e, de acordo com o ministro de Estado, “esse regime não se aplica à CNE, bastando ver a sua estrutura orgânica, que tem o modelo de composição com indicações partidárias que não entra nesse contexto.

Como exemplo, Adão de

Almeida afirmou ainda que o BNA é uma entidade administrativa independente que também não entra no regime da proposta em apreço, e sublinhou que é a lei do BNA que regula esse mesmo organismo.

Segundo o também chefe da Casa Civil do Presidente da República, “não há qualquer pretensão de partidarização dos órgãos da

MEMORIZE

● Na votação na generalidade, Unita optou pela abstenção justificando a opção com a necessidade de a sua cooperação reflectir a pluralidade existente no país. Assim como a banca do MPLA, Casa-CE votou a favor.

administração pública”, e reiterou que “a administração independente é um seguimento da administração pública”.

“Consagrar na lei qualquer solução diferente é partidarizar a administração pública. Portanto, fazer da administração pública um sítio onde vêm representantes do partido A ou B é uma solução pouco conveniente”, venceu.

Ainda durante a sessão na Assembleia Nacional, os deputados aprovaram, na especialidade, com as alterações sugeridas e aceites, o Título I (Disposições Gerais), Título II do capítulo I (Política e Princípios de Gestão) e o capítulo II (Órgãos, Serviços e Pessoal).

Um dos aspectos que não reuniu consenso na discussão de segunda-feira foi o artigo 17 do capítulo II, que aborda a composição e a designação do Conselho da Administração da Entidade Administrativa Independente e que foi votado em separado, com 10 votos a favor, nenhum contra e duas abstenções.

Já o artigo 11 do capítulo I, sobre o Princípio da Independência, foi alterado para Princípio da Independência Funcional, “para se afastar a ideia de uma independência total das Entidades Administrativas Independentes”.

Conforme a preliminar, no âmbito da reforma do Estado, a proposta de lei resulta da necessidade de se estabelecer “um regime

ou quadro de referência da administração independente, com vista a assegurar o rigor técnico e profissional, a neutralidade, a objectividade e a isenção da actividade administrativa”.

Apesar de a Proposta de Lei ser uma mais-valia, a Unita optou pela abstenção pela necessidade de a sua cooperação reflectir a pluralidade existente no país, quando a Casa-CE votou a favor da proposta por, segundo a coligação, estar de acordo com as reformas profundas do Estado, no sentido de descentralizar, nos termos da Lei e da Constituição, o exercício de tarefas do Estado que passam a estar fora do alcance do Executivo.

ABSTENÇÃO DA UNITA

O documento em análise foi já aprovado na generalidade no mês passado, com 134 votos a favor, nenhum voto contra e 53 abstenções da Unita e dos deputados independentes.

No plano institucional, o documento pretende inserir um novo modelo de gestão dos serviços públicos descentralizados, fundado nos princípios do rigor técnico e da neutralidade da actuação administrativa, consagrando maiores garantias aos investidores estrangeiros.

O instrumento legal, segundo o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, “constitui um dos desígnios de tornar a máquina do Estado mais eficiente”.

Quatro títulos, cinco capítulos, cinco secções, três subsecções e 69 artigos constituem a proposta de lei de iniciativa legislativa do Presidente da República.

A proposta de lei sobre o Regime Geral das Entidades Administrativas Independentes foi remetida, após aprovação na generalidade, às comissões de trabalho especializadas do Parlamento.

MUDAM A VIDA E AS EMPRESAS A PENSAR NO TURISMO DO FUTURO

Milionários à conquista do espaço

TURISMO. É a nova moda de quem tem muito dinheiro: viajar para o espaço. Três multimilionários desafiam as empresas já estabelecidas na indústria espacial. Jeff Bezos, Richard Branson e Elon Musk apostam em desenvolver o turismo espacial, uma indústria já avaliada em um bilião de dólares.



Jeff Bezos



Richard Branson



Elon Musk

Por Emídio Fernando

A nova corrida para a conquista espacial está a ser dominada pelos multimilionários e não apenas pelas potências com interesses estratégicos. EUA, Rússia e China estão a abrir alas para a passagem de Richard Branson, Jeff Bezos e Elon Musk. E a corrida tem uma nova variável: são os próprios milionários que dão o 'peito às balas' e vestem as roupas de astronauta para se tirarem ao espaço.

Além de cada um deles realizar sonhos do tempo em que ainda eram crianças, têm outro objectivo mais de acordo com as suas qualificações profissionais. Os três querem fazer do espaço o que se faz hoje nos aviões: viagens, companhias aéreas, dinheiro e muitos negócios.

O valor da indústria espacial está calculado em um bilião de dólares.

Também por isso, nos últimos anos, se intensificou a procura de 'novos mundos'. EUA, Rússia e China, com as pequenas ajudas de alguns países europeus, da Índia e do Japão, aceleraram as viagens espaciais e planetárias. Para já, apenas com o uso de computadores, robôs e muita tecnologia variada, mas sem a presença do homem. Ou seja, sem tripulação. Mas talvez seja por pouco tempo.

Os dois homens mais ricos do universo, Elon Musk e Jeff Bezos, já concorrem para ver quem chega primeiro a Marte. Ou a Vénus.

Para já, o 'tiro de partida' vai ser dado por Richard Branson, dono da companhia aérea Virgin, que se prepara para viajar – calma, ainda não é para qualquer planeta! – já na próxima semana. O início da

viagem, ou seja, a descolagem está marcada para o dia 11, domingo, a bordo da nave da Virgin Galactic. Em comunicado, a empresa resume a ambição maior: "Depois de 16 anos de pesquisa, engenharia e testes, a Virgin Galactic está na vanguarda de uma nova indústria espacial comercial, que deve abrir o espaço à humanidade". Após este voo, estão previstos mais dois testes antes de a empresa iniciar, de facto, voos comerciais regulares, a partir de 2022. E não faltam clientes.

O voo vai ter direito à transmissão, em directo, via 'online'. A empresa não vai utilizar um foguete clássico, como estamos habituados a ver com a NASA, mas um avião que descola de uma pista e depois liberta, na altitude, a nave espacial. Dois pilotos tripulam o avião e quatro passageiros, entre eles Branson, viajam na nave espacial VSS Unity.

A pressa do bilionário britânico tem uma justificação: quer arrancar primeiro do que o homem mais rico do Universo, Jeff Bezos, o fundador da Amazon que 'comprou' o bilhete de passagem para 20 de Julho.

Com este voo, Jeff Bezos inaugura os voos da empresa Blue Origin que tem como objectivo liderar a indústria espacial. Para mostrar que é possível iniciar a comercialização de voos espaciais, acessíveis a toda a gente que tenha fortunas para isso, o fundador da Amazon escolheu a antiga astronauta Wally Frank que, aos 82 anos, é a convidada de honra para viajar na nave New Shepard. A partida está marcada para o deserto no Texas.

O voo automatizado será o 16.º da empresa, mas o primeiro com humanos. A novidade é que será utilizado um foguete reutilizável

já a pensar nas próximas viagens. Os voos comerciais devem iniciar-se em 2022.

Esta corrida ao espaço atrai um número cada vez maior de empresários, que tentam comercializar viagens para fora do planeta nos próximos anos. Entre eles, surge o multimilionário Elon Musk, que lidera a Tesla e a SpaceX. É dos que mais investe na corrida e na investigação espacial e tem um aliado de 'peso': o também multimilionário Bill Gates.

De todos, Elon Musk é o que assume ter ambições mais arrojadas. Não se contenta em viajar para o espaço, quer chegar a Marte. Assume que só pensa em pousar na Lua e em planetas.

Abriu a SpaceX em 2002, investindo 100 milhões de dólares da sua fortuna pessoal. A empresa já lançou 70 foguetes e tem contratos com a NASA, com a Força Aérea dos EUA e com a agência espacial argentina para colocar satélites em órbita e ajudar a reabastecer a Estação Espacial Internacional. E até já lançou um carro Tesla para o espaço, a pensar, tal como vê nos filmes de ficção científica, viajar para o espaço ao ritmo de quem percorre Luanda-Benguela

No entanto, sofreu alguns reveses. Vários lançamentos resultaram em explosão dos foguetes e em cargas perdidas – incluindo o lançamento de um satélite espião das Forças Armadas dos EUA.

Quando partir para o espaço, Elon Musk realiza um desejo alimentado desde os 10 anos, na altura em que brincava à 'Guerra das Estrelas' e tinha como ídolo o 'Dr. Spock'. Para cumprir esse sonho, Musk tomou decisões com fortes impactos na vida pessoal e profissional. Para se adaptar, por exemplo, trocou de casa. Saiu de uma mansão e passou a viver num apartamento minúsculo de 35 m2, apenas com o essencial para viver.

(In)formalizando

ESTIMADOS 13 MIL CONTRA OS 35 MIL DAS ASSOCIAÇÕES

GPL duvida dos números divulgados pelos taxistas

TRANSPORTES. Governo provincial aponta para metade dos meios registados pelas associações. Número de motas também levanta dúvidas às autoridades provinciais.

Por Isabel Dinis

O Governo Provincial de Luanda (GPL) acredita que o número de táxis, os 'candongueiros azuis e brancos' que circulam em Luanda, não seja o que as associações divulgam.

As associações de taxistas de Luanda apontam para 35 mil táxis a circular em toda a província. No entanto, o governo tem outros números: apenas metade, ou seja, 17.500. E destes, somente 4.500 é que se encontravam registados e

licenciados até ao ano passado. "O restante [pelo menos 13 mil] está na ilegalidade", garantiu o director provincial dos Transportes Tráfego e Mobilidade Urbana de Luanda, Filipe Comandala, durante a apresentação do projecto do Metro de Superfície de Luanda.

Filipe Comandala chega mesmo a caracterizar as discussões e divergências com as associações, em relação ao número de táxis, como uma "guerra". E nota que, para se chegar a um número "real", é necessário fazer um trabalho em que se envolva a Polícia Nacional. "Temos de fazer algumas operações para encontrar um número real", refere.

O GPL tem também dúvidas quanto ao número de passageiros que os taxistas garantem transportar todos os dias em Luanda. As associações asseguram que cada táxi transporta, em média, 240 passageiros por dia, o que resulta nos cálculos de 8,4 milhões de passageiros diários. Mas o governo acredita

que o número real seja muito inferior ao apresentado, ou seja, apenas metade.

Também a circulação de motociclistas levanta dúvidas ao GPL. Como não há um regulamento, as motas vão ganhando terreno todos os dias em Luanda. Ainda assim, também há divergências. As associações registam um total de 62 mil motociclistas, que transportam por dia 1,2 milhões de passageiros. O governo questiona os números e afirma que, tal como acontece com os candongueiros, este número também se situa em apenas metade. "É um trabalho que precisamos de aprofundar e que vai levar algum tempo", admitem os responsáveis do GPL.

35

Estimativa das associações sobre o número de táxis, mas GPL aponta para a metade.

Controvérsia em relação ao número de táxis e passageiros transportados em Luanda



NO UÍGE

Cafeicultores reclamam por falta de apoio

Os cafeicultores do Uíge reclamam da falta de apoio em matérias de cultivo para galvanizar a produção do café e também da não reabilitação das vias. A preocupação foi manifestada em uma mensagem lida por ocasião da abertura da fase de colheita do café, presidida pelo governador provincial, Manuel Carvalho da Rocha.

Em resposta às preocupações dos agricultores, Manuel Carvalho da Rocha anunciou que o governo provincial já tem estado a reabilitar as estradas terciárias de acesso, principalmente, às regiões produtivas. Garantiu ainda que vários instrumentos como enxadas, catanas, limas e outros insumos agrícolas têm sido entregues aos produtos carenciados, numa perspectiva que disse estar baseada em acções práticas do seu grupo de trabalho.

Por seu turno, o responsável provincial do Instituto Nacional do Café, Vasco Gonçalves, perspectivou, para este ano, a colheita de 1,6 mil toneladas de café. Os números representariam um aumento de cerca de 400 toneladas de café comercial face à safra de 2020.



www.bancobic.ae

**A nossa história é feita por
mais de 1.600.000 nomes.**
Seja um deles e entre
na família **BIC**.



16
BANCO
BIC
ANOS

O **Banco BIC** tem crescido ao longo destes **16 anos** pela dedicação e profissionalismo dos colaboradores e de todos os que estão ao nosso lado. Já são mais de **1.600.000** clientes e o sucesso de cada um constrói o nosso sucesso. Por isso, o nosso **obrigado** ao Wilson, ao Pedro, ao João, ao António, à Maria, ao Carlos e a todos os que estão connosco diariamente a **crescer e a fazer o futuro**.



BancoBIC

Crescemos Juntos

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Na semana passada, perguntava aqui neste espaço, onde perguntar não ofende, “quantos angolanos iriam querer ficar no país, como está governado, se tivessem opção viável de imigrar com os seus para outro país qualquer”. Pouco depois o relatório de imigração e fronteiras de Portugal revelava que, em relação ao ano anterior, se viu um aumento de 7,7% do número de angolanos registados a residir em Portugal. Isto angolanos sem dupla nacionalidade ou ilegais, o que significa que o número real de angolanos a residir em Portugal é substancialmente maior e que a tendência é mesmo de ‘fugir’ de Angola. O que leva a perguntar novamente “e se o nível de satisfação com o Governo fosse medido pela vontade de sair do país. E que tipo de êxodo iríamos ver se as pessoas pudessem escolher ir embora com os seus para qualquer outro país?” Lembra um meme que andava online há uns tempos que dizia “preferível ser árvore nos EUA do que pessoa (pobre) em Angola”.

A propósito da qualidade da governação, o ministro de Estado e chefe da Casa Civil, na semana antepassada, fez um grande anúncio, o do novo projecto Simplifica que foi apresentado como solução para acabar com a burocracia e combater a corrupção nos serviços públicos.

“O nosso objectivo estratégico de diversificar a economia e incentivar o investimento privado nacional e estrangeiro ficará seriamente comprometido se não formos capazes de melhorar a capacidade de prestar serviços públicos”, dizia Adão de Almeida. A meses de eleições, o Simplifica

foi assinado pelo chefe de Estado e anunciado pelo ministro como a solução para “inverter a trajetória rumo à excelência” (palavras do ministro) a meses de eleições... Bom, numa coisa o ministro tem razão, para usar novamente as suas palavras: “quando a administração pública é ineficiente em relação aos serviços que presta, torna-se desacreditada e perde autoridade”. Tudo dito, excepto que a desacreditação é extensiva a toda a administração pública, incluindo aos ministros que vêm a meses de eleições, depois de mais de quatro anos de governo, apresentar as soluções para os problemas do país como se tivessem feito a descoberta da roda ou acordado agora para a necessidade de governar. E não é só este ministro que anuncia o despertar. Também na semana que passou, o ministro da Economia e Planeamento, depois da costumeira reunião do conselho de ministros, veio comunicar, com a pompa e circunstância da descoberta da pólvora, que “o Executivo já trabalha para melhorar a posição no Doing Business da posição 177 para a posição 160”. É até engraçado que o ministro diga isto - que Angola vai passar do lugar 177 para o 160 - porque se diz que é assim que são feitas as estatísticas oficiais nacionais... o chefe chega e diz “não, esse número de desemprego está muito alto, fica mal, e tem de se ‘batular’!”. Os ranking internacionais são feitos com informação completamente fora do controlo do Executivo angolano e sempre em comparação com outros países, cujos governos também trabalham certamente para melhorar os seus respectivos ambientes de negócios. O Doing Business é um ranking do Banco Mundial que analisa e compara o ambiente de negócios de 190 países, não é o INE. Mas enfim, os nossos chefes gostam de fazer esses anúncios para dar a imagem de que controlam este mundo e o outro. O PR disse tantas vezes que, com o combate à corrupção, viriam os investidores que agora pergun-



O PR disse tantas vezes que com o combate à corrupção viriam os investidores que agora perguntar “onde estão os tais investidores” já pode começar a ofender.

tar “onde estão os tais investidores” já pode começar a ofender.

Com investidores ou sem eles, anime-se, querido leitor, porque depois de mais de quatro anos de governo João Lourenço e quase meia década de governo MPLA - boas notícias

concretas para atenuar o sofrimento da população. Entre essas propostas está a definição de uma política de subsídio de desemprego para quem tenha contribuições de mais de um ano, um abono para estudantes e benefícios fiscais para empresas que empreguem jovens sem experiência profissional e que tenham programas de estágio.

Não será surpresa se, com pompa e circunstância, o Executivo anunciar nos próximos dias um pacote de medidas sociais que visam atenuar a crise. Agora, porque ninguém se lembrou de que era preciso segurança social há mais tempo, como prioridade do programa de governo. Prioridades que, se o fossem, o Governo iria ter adoptado no início de mandato se quisesse chegar ao fim do mandato com outra obra feita que não fosse a destruição da imagem dos Dos Santos.

Mas o que se torna evidente é que os governados e as suas prioridades foram, e talvez continuem a ser, secundárias e terciárias para o Governo. Prioritário, prioritário era mesmo ‘receber as coisas da Isabel dos Santos, isso de segurança social - vê-se depois... Prioritário, prioritário são contratos de construção de grandes obras, de hospitais, de escolas, de tribunais, se temos médicos, professores e juizes e demais pessoal e capacidade para os pôr a funcionar, principalmente nas províncias - isso vê-se depois. Prioridade, prioridade, são contratos para equipar a CNE, compras de carros e construção de instalações - isso de subsídios para incentivar o emprego vê-se depois. Prioridade, prioridade são contratos de compra de aviões de guerra, isso de abonos para estudantes vê-se depois... E agora pergunto eu, ‘passados mais de quatro anos de governação de João Lourenço, com eleições previstas daqui a uns meses, é nesta altura que vamos ver a criação de políticas de segurança social, a desburocratização das instituições públicas? Nesta altura que vamos melhorar o ambiente de negócios para que venham os investidores que já ouvimos que agora vêm, desde o início do mandato?

Parece que o Executivo acordou agora para a necessidade de executar, é bonito isso, esse despertar... Anime-se, querido leitor, vale mais tarde do que nunca e, com esperança de que esse despertar tardio produza frutos, marcamos encontro para a próxima semana.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as mulheres ainda representam três quartos de todo o trabalho não remunerado.



Como as organizações podem auxiliar no impulsionamento do Talento Feminino, durante e Pós Pandemia?



Helga Piçarra,
Senior
Consultant EY,
People Advisory
Services

Desde que o mundo é mundo que o mercado de trabalho é cheio de desafios, crises, incertezas e mudanças constantes. Apesar de se notar algumas pequenas vitórias, o género feminino é sempre o mais afectado pela volatilidade do mercado de trabalho. E, no contexto pandémico actual, não está a ser diferente.

A estrutura de homeoffice, apesar de apresentar alguns benefícios como a redução de custos para empresas e um maior conforto, bem-estar e flexibilidade para os Colaboradores – pode ter um sabor agri-doce para as mulheres que estão activas no mercado de trabalho. O acumular das tarefas domésticas, que por si só já é

exaustivo, e o facto de muitas serem as principais cuidadoras de pessoas idosas no seio familiar são dois factores que representam um grande travão para o desenvolvimento do talento feminino.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho, as mulheres ainda representam três quartos de todo o trabalho não remunerado. Adicionalmente, o FMI defende que as mulheres continuarão a ser afectadas, pois na sua maioria estão empregadas em sectores do retalho e turismo – sectores afectados negativamente com a pandemia. Além do que é importante não excluir os números de meninas / mulheres que abandonam os estudos para auxiliar a família.

De acordo com um estudo conduzido pela Global Entrepreneurship Research Association, Angola lidera a lista de países com maiores taxas de mulheres empreendedoras. Este dado é interessante, pois mostra-nos que a mulher angolana, ainda que movida pela necessidade, consegue gerar renda para a subsistência da família. Mas não podemos

ignorar que muitas destas mulheres são empreendedoras informais, que vivem em extrema pobreza e este “empreendedorismo” é apenas uma ferramenta para sobreviver e não de facto para gerar algum valor a longo prazo. Apesar de não haver dados concretos e actualizados em Angola, os impactos desencadeados no posicionamento feminino no mercado de trabalho, por conta da pandemia, não podem ser ignorados.

Além do papel do Estado, de criação e implementação de políticas públicas que asseguram a diversidade e inclusão, as Organizações também podem ter um papel importante a alavancar o Talento Feminino:

Flexibilidade – este é o principal elemento. A pandemia mostrou-nos que, quanto maior for a flexibilidade da empresa, maior é a motivação, engagement e os resultados que os Colaboradores apresentam. Numa realidade em que as mulheres têm a vida pessoal a interferir directamente com a vida profissional, flexibilidade e confiança, são necessárias.

Recrutamento orientado – nos

dias de hoje, já é possível identificar algumas organizações que estão comprometidas com a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Neste sentido, é definido uma percentagem anual do número de mulheres que devem ser recrutadas durante o ano civil específico.

Incentivos de maternidade – não estamos a falar da licença de maternidade. Cada vez mais as pessoas são movidas por benefícios intangíveis, no que toca à compensação. Para as mães trabalhadoras, poderá ser mais atractivo uma organização que por exemplo, ofereça algum incentivo financeiro na fase de regresso às aulas como “cartão de compras de material escolar”, protocolos entre escolas e creches ou actividades de responsabilidade social corporativa em que se possa envolver os filhos.

Políticas de RH – é necessário que as Organizações desenvolvam políticas de recursos humanos que promovam a transparência e equidade na gestão da carreira dos seus colaboradores. Tais políticas devem ser baseadas sempre nas competências e resultados e não no género do

Colaborador. Um processo de Avaliação de Desempenho, onde as Chefias avaliam com base nos resultados, um Plano de Carreira flexível, aliado a Programas de Formação e Capacitação dedicados às mulheres, é uma ferramenta que os gestores de recursos humanos podem considerar para auxiliar a igualdade de género no mundo do trabalho. Além de que é fundamental que as Organizações adoptem uma Cultura inclusiva, de respeito e comprometimento, onde estas políticas estejam reflectidas de forma fluída.

Há várias publicações que indicam que Organizações lideradas por mulheres tendem a ter níveis mais elevados de satisfação dos Colaboradores e um melhor desempenho. Assim como há vários resultados que indicam que países liderados por mulheres têm respondido melhor aos desafios da Pandemia.

Depois desta pandemia, o mundo nunca mais será o mesmo. As organizações nunca mais serão as mesmas. O “novo normal” será – ou é – a mudança. E as mulheres estão prontas para a mudança!



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)



O apelo da Associação de Empreendedores de Angola à redução do IVA de 14% para 7%, que foi um dos temas da semana que passou, gerou mais de 1200 interacções tendo alcançado mais de 16 mil internautas na página do Valor Económico no Facebook.

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

**Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7**

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Gralhas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Ivan Muachifi
6%, fica melhor!!



António Duarte
Era uma grande ajuda à economia, alavancaria mais e melhor.



Sané Djaló
É bom, tendo em conta a situação financeira mundial... Seria como uma forma de aliviar as famílias...



Janu Lírico
6 ou 7% para os produtos da 2ª necessidade e isentar o IVA ou baixar para 1 ou 2% nos produtos da 1ª necessidade!!! É imperioso que se acatem esses conselhos antes que não morramos todos de fome e miséria!!!



Pedro Garcia
Nem 7%, deveria ser 4,5%.



Churchill Simelane
Nem 7% serve, é muito alto.



Mario Bronze
Foi o que fizeram quando os preços subiram. Se reparar, pagamos 14% no produto mais 14% no final.



Mario Bronze
Por isso subiu tudo 28%.



Manilson Howard Jr.
Esse governo sombra tem coragem?



Enoque Adriano
Será que é uma decisão acertada? Dr. Ivan Gaspar Santareno



Ivan Gaspar Santareno
Enoque Adriano, na nossa opinião seria bom, não temos uma estrutura económica capaz de suportar uma taxa do IVA como a actual, não importa qual seja a taxa dos países da região. A princípio, o discurso bonito era que não teria qualquer impacto sobre a inflação, mas depois o senhor governador admitiu que teve impacto, as empresas até hoje ainda sofrem com a implementação do IVA quer em termos de organização contabilística, quer em termos financeiros. Com o preço do barril de petróleo a aumentar e as receitas petrolíferas também (embora em menor proporção por causa da queda na produção) é um bom momento para discutir se devemos baixar a taxa do IVA, nesta discussão não sei se o Governo estará dispostos a abrir mão das receitas que têm arrecadado com a implementação do IVA. Hoje assistimos nas nossas Finanças públicas a um aumento das receitas não petrolíferas, impostos indiretos por causa do IVA, não será fácil para o Governo baixar a taxa. Com a implementação do IVA, os consumidores perderam mais poder de compra, as empresas enfrentam sérios desafios e o Governo foi o único beneficiário.



George Lunguela Singui Lú Lu
Isto só teria que acontecer no país dos gatunos, por que o IVA teria que começar com 1,2,3 por cento, porque o povo teria aprender como lidar com IVA. Não é do pé para a mão 14%. Depois das eleições isto vai disparar, notem o que eu comentei hoje.



Neto Miguel
Este país nunca terá crescimento com o IVA.



Josemar Santos
IVA deveria seria ser 5%, consumidores finais e agentes intermediários estão a levar na cara todos os dias, com isto vem a causa efeito.



Baltazar Fernando
Seria o mais justo na medida em que a situação socioeconómica do país não é das melhores.



OS NOVOS PLANOS DE NET CHEGARAM!



	PREÇO	VOLUME	VALIDADE
PLANO SEMESTRAL	70.000 KZ	100 GB	180 DIAS
PLANO ANUAL	130.000 KZ	200 GB	365 DIAS

ACTIVA O TEU PLANO NO MULTICAIXA EXPRESS OU INTERNET BANKING.
PODES ACTIVAR TAMBÉM NUMA LOJA OU AGENTE UNITEL.

Liga *111#
www.unitel.ao



Covid-19



DADOS DO FABRICANTE

Vacina indiana Covaxin oferece 77,8% de eficácia

O laboratório indiano Bharat Biotech assegurou que a sua vacina contra a covid-19, Covaxin, desenvolvida em conjunto com o Conselho Indiano de Investigação Médica (ICMR), demonstrou uma eficácia média de 77,8%, após os resultados finais do estudo clínico. “É um dia importante para todos na Bharat Biotech (BBIL) já que anunciamos os resultados finais da fase III da Covaxin, e a sua eficácia é de 77,8%”, assegurou, numa declaração, a diretora adjunta da BBIL, Suchitra Ella.

Os números resultam da avaliação de 130 casos confirmados entre a população do estudo, com 24 participantes no grupo da vacina e 106 no grupo do placebo (substância neutra administrada ao invés de um medicamento num controlo científico). O resultado final da última fase do estudo, ainda sem revisão independente, alivia dúvidas sobre o medicamento, que foi amplamente usado na campanha de vacinação indiana e vendida a outros países, apesar de não ter a aprovação de uso da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Os dados publicados agora baixam ligeiramente o nível de eficácia da vacina anunciado pelo laboratório em Março, quando os resultados preliminares apontavam para uma eficácia de 81%.

VARIANTE DELTA

Irão impõe restrições nas principais cidades

O Irão anunciou a reposição de restrições face ao novo coronavírus nas principais cidades, à medida que a disseminação da variante Delta, altamente contagiosa, estimula o medo do aparecimento de outro surto devastador no país.

Depois de mais de um ano a lutar contra o pior surto pandémico no Médio Oriente, o Irão ordenou o encerramento de negócios não essenciais em 275 cidades, incluindo a capital, Teerão. O encerramento de todos os parques públicos, restaurantes, salões de beleza, centros comerciais e livrarias aplica-se às zonas ‘vermelha’ e ‘laranja’ do país ou nos municípios classificados com risco elevado de covid-19.

O governo anunciou também a proibição de viagens entre cidades com altas taxas de infecção pelo SARS-CoV-2. As novas restrições no Irão visam desacelerar a disseminação da variante Delta, altamente transmissível e detectada pela primeira vez na Índia.

No sábado, o presidente iraniano, Hassan Rouhani, alertou para uma eventual “quinta vaga” de covid-19 causada pela variante Delta, acrescentando que nas províncias do sul será preciso ter mais “cuidado, porque a variante Delta já se espalhou”. Os relatos de novos casos de infecção pelo novo coronavírus têm vindo a aumentar constantemente nas últimas semanas e quase duplicaram entre meados de Junho e o início de Julho. O Irão registou um total de 3,2 milhões de infecções pelo SARS-CoV-2 e 84.627 mortes, sendo o país do Oriente mais afectado pela pandemia da covid-19.



BRASIL JÁ ULTRAPASSOU AS 500 MIL MORTES

Milhares em manifestações contra Bolsonaro

Milhares de brasileiros manifestaram-se em todo o país contra o presidente Jair Bolsonaro, que está sob investigação desde sexta-feira por suspeita de não comunicar uma tentativa de suborno num contrato de compra de vacinas. “São já mais de 500 mil pessoas assassinadas por este governo como consequência de políticas falaciosas, notícias falsas, mentiras e agora este escândalo absurdo de corrupção em torno das vacinas”, disse à agência de notícias francesa AFP a médica Patricia de Lima Mendes, de 47 anos, e uma das manifestantes do Rio de Janeiro.

Neste terceiro dia de mobilização, desde o final de Maio, para

exigir a saída do presidente Jair Bolsonaro, realizaram-se manifestações, respondendo a apelos da oposição brasileira também em Belém, Recife e Maceió, onde os manifestantes empunhavam cartazes onde se lia: “Bolsonaro genocida”, “Impeachment agora mesmo” ou “Sim às vacinas”.

Bolsonaro é suspeito de fazer ‘vista grossa’ às suspeitas de corrupção relatadas por um funcionário do Ministério da Saúde.

Testemunhando perante a Comissão de Investigação do Senado (CPI), aquele responsável da saúde disse que foi “atipicamente pressionado” a aprovar a importação de doses da vacina indiana Covaxin, que considerava sobrevalorizada.

“O Presidente da República não tomou qualquer medida depois de ter sido avisado de uma gigantesca rede de corrupção no Ministério da Saúde”, disse o vice-presidente do TPI, Randolfe Rodrigues, que é um dos três senadores que apresentaram o caso ao Supremo Tribunal por “prevaricação” do chefe de Estado, “um delito previsto no código penal”.

Vários partidos da oposição apresentaram um novo pedido de ‘impeachment’ (pedido de destituição) de Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados do Brasil na quarta-feira. O pedido tem poucas hipóteses de sucesso, segundo os peritos, mas permite à oposição aumentar a pressão política sobre o Bolsonaro.

MOÇAMBIQUE foi o país com maior crescimento de casos de covid-19 nas últimas duas semanas em África, continente que enfrenta uma "tempestade perfeita" devido à variante Delta, informou nesta terça-feira, o antigo primeiro-ministro britânico, Tony Blair.

NOS EUA

Epidemiologista apela à vacinação

O principal epidemiologista do Governo dos EUA, Anthony Fauci, desafiou a população a deixar de lado "as discordâncias" e a vacinar-se "para impedir mortes evitáveis". "Estamos a lidar com uma situação histórica, com esta pandemia, e temos as ferramentas para combatê-la", declarou à estação televisiva NBC.

Uma sondagem divulgada pelo diário The Washington Post e o canal de televisão ABC News revelou que, entre os que ainda não se vacinaram, cerca de 74% considera "improvável" vir a fazê-lo.

Fauci lamenta que cerca de 99,2% das pessoas que morreram nas últimas semanas no país por causa do coronavírus SARS-CoV-2 não estivessem vacinadas. "Nenhuma vacina é perfeita, mas quando se fala da possibilidade de evitar a hospitalização e a morte, é realmente triste e trágico que a maioria das mortes fossem evitáveis", afirmou.

Sobre a gravidade da variante Delta, o especialista alertou que "claramente é mais contagiosa" e "parece ser mais mortal", sendo mais provável que os infectados precisem de ser hospitalizados e, em alguns casos, enfrentem a morte.

Os centros para o Controlo e a Prevenção de Doenças (CDC, na sigla inglesa) estimam que a variante Delta, primeiro detectada na Índia, represente actualmente cerca de 25% dos novos casos de covid-19 nos EUA, que já ultrapassaram as 600 mil mortes causadas pela doença.



SÃO TOMÉ

PM apela ao "bom senso" nas presidenciais

O primeiro-ministro são-tomense apelou ao "bom senso dos candidatos residenciais de 18 deste mês a respeitarem a decisão do governo de proibir comícios e grandes aglomerações durante as campanhas eleitorais.

O primeiro-ministro, Jorge Bom Jesus, fez este apelo durante o lançamento do Programa Família e prometeu também que o seu governo "vai colaborar" no cumprimento desta proibição "com as forças que tem", defendendo que o seu executivo "não gostaria que acontecesse" em São Tomé e Príncipe "o que aconteceu noutras paragens, nomeadamente Cabo Verde".

O executivo de Jorge Bom Jesus proibiu a realização de comícios durante a campanha para as presidenciais, uma decisão que muitos não acreditam que vá ser totalmente acatada.

ALARGA REGIME ÀS EMPRESAS PÚBLICAS

Cabo Verde prolonga 'lay-off'

As empresas ou instituições públicas cabo-verdianas vão poder colocar trabalhadores em 'lay-off', conforme prevê a nova alteração à lei da suspensão de contratos de trabalho devido à pandemia de covid-19, que será prolongada até 30 de setembro.

A medida consta da quarta alteração, desde Julho, ao regime simplificado de suspensão de contrato de trabalho, definido pelo Governo há mais de um ano como forma de mitigar as consequências económicas da pandemia, e que foi aprovada em reunião do Conselho de Ministros na quinta-feira, carecendo ainda de aprovação pelo parlamento.

"Pese embora a efectivação do plano de vacinação e demais medi-

das adoptadas, faz-se necessário ainda continuar com o regime simplificado de suspensão do contrato de trabalho com vista a assegurar postos de trabalho, auxiliar a mitigação da situação da crise empresarial e garantir a manutenção do rendimento das famílias", anunciou, em conferência de imprensa, na Praia, a ministra da Presidência do Conselho de Ministros, Filomena Gonçalves.

Neste novo prolongamento – o período anterior terminou em 30 de Junho – muda apenas face ao anterior, além do prazo, o seu "âmbito", passando a abranger empresas ou instituições públicas, cuja adesão ao regime de 'lay-off' fica ainda dependente de autorização da tutela governamental.



LUXEMBURGO

Primeiro-ministro hospitalizado

O primeiro-ministro do Luxemburgo, Xavier Bettel, foi hospitalizado para observação por 24 horas "por precaução" e para fazer análises complementares, uma semana após ter testado positivo à covid-19, segundo um comunicado do governo.

Xavier Bettel, 48 anos, iniciou, no passado dia 27 de Junho, um período de 10 dias de isolamento, menos de 48 horas após uma cimeira europeia em Bruxelas, onde esteve com outros dirigentes da União Europeia (UE).

Nenhum outro participante foi considerado caso de contacto, tendo sido mantidas as normas de distanciamento, indicou então o governo luxemburguês.

Bettel apresentava na altura sintomas ligeiros (febre e dores de cabeça).

O primeiro-ministro luxemburguês recebeu a primeira dose de vacina da AstraZeneca a 6 de Maio.

Os casos de covid-19 têm vindo a aumentar no Luxemburgo nos últimos 10 dias. No último balanço, com dados até sábado, 136 pessoas testaram positivo, um número que não era registado no país, com 630 mil habitantes, desde meados de Maio.



NOS TRÊS MERCADOS

KFC menos penalizado em Angola

O mercado angolano foi o menos penalizado pelo efeito do surto da covid-19, em 2020, entre os três onde o Grupo Ibersol opera. O Grupo tem os direitos de representação da marca KFC em Angola, Espanha e Portugal.

Segundo os dados da empresa, apenas em Abril, as lojas não operaram a 100%, fixando-se nos 60%, enquanto nos outros dois mercados nunca operaram em 100% durante o ano todo. Em Abril, por exemplo, enquanto as operações em Angola fixaram-se nos 60%, em Espanha foi de 65% e em Portugal 35%. Espanha, de resto, foi o mercado mais afectado.

Em Angola, depois da "paragem forçada em algumas unidades que não dispunham de Drive Thru ou de Delivery", a empresa redesenhou "a proposta de valor da marca".

"O ano foi marcado pelo forte crescimento do serviço de entrega ao domicílio, em parceria com um agregador local, o que contribuiu para a sustentabilidade das vendas no contexto do sector da restauração em Angola, condicionado pelas restrições Covid 19", escreve a empresa no relatório e contas de 2019.

Marcas & Estilos



Simples e funcional

Esta carteira da Bifold serve para qualquer cartão e tem protecção de bloqueio RFID. Concebidos para serem simples, funcionais, seguros e para eliminar bolsos volumosos. O design superfino permitirá que encaixe facilmente 4-8 cartões nos bolsos frontais e mais 4-8 cartões nos compartimentos internos.



Um toque colorido

Em algum lugar, sobre o arco-íris de serapilheira. É onde nos vai encontrar. Os guardanapos creme exclusivos da Burlap recebem um tratamento colorido e não poderia estar mais animado com isso.



AERONAVES

Um 'fantasma' de luxo

O Rolls-Royce mais brilhante já construído até agora parece estranhamente fora de alcance num mundo que luta contra as consequências socioeconómicas de uma pandemia.

O 'Fantasma', como é chamado em inglês, é um turismo de luxo que está mais em sintonia com os tempos. O novo modelo é também o Rolls-Royce mais avançado tecnologicamente já construído.

Equipado com um motor V12 biturbo de 6,75 litros, o Ghost tem uma incrível mudança de velocidade para um carro que pesa quase duas toneladas e meia. Dirigindo, uma única coisa que o pode impedir é a falta de uma estrada recta.

Esta 'máquina' torna as viagens de luxo em velocidade rápida muito agradáveis, seja sentado na frente, seja atrás, onde muitos proprietários provavelmente passarão a maior parte do tempo. Ainda assim, ouve-se um rugido abafado quando o acelerador atinge o chão e pode voar para frente num ritmo galopante.

AGENDA

LUANDA

DE 7 A 10 DE JULHO

CCBA acolhe o projecto 'Mulheres D'Palavra', em alusão ao mês da Mulher Africana. Às 15h30. Bilhetes entre 3.000 e 5.000 kwanzas.

9 DE JULHO

Livraria das Irmãs Paulinas acolhe venda e sessão de autógrafos do livro 'Dinheiro também cai do céu', da autoria de Rogério Victoriano. a 4.000 kwanzas.

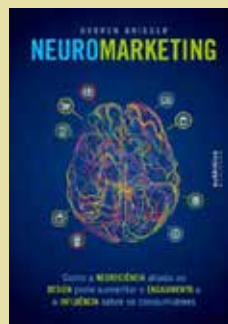
10 DE JULHO

Angola Fashion Awards a partir das 10h00 com transmissão televisiva e online.

DE 23 E 24 DE JULHO

2.ª Conferência nacional sobre marketing político e eleitoral, na Mediateca de Luanda, entre as 10h00 e as 15h00. Mais informações através do 935 522 505.

LIVROS



DARREN BRIDGER APRESENTA

Neuromarketing: como a neurociência aliada ao design pode aumentar o engajamento e a influência sobre os consumidores, reunindo dezenas de insights sobre neuromarketing e técnicas de design baseadas nas mais recentes pesquisas sobre a neurociência.



A OBRA É CONSIDERADA peça fundamental para compreender o instigante pensamento de Harvey, com reflexões acerca de alguns dos seus mais importantes conceitos como 'ajuste espacial' e 'acumulação por despossessão'.



TURISMO

Inspirado na natureza

Localizada em Lisboa, na acidentada Costa de Prata de Portugal, Areias de Seixo é um retiro deslumbrante à beira-mar com credenciais ecológicas impressionantes. Existem 14 quartos concebidos individualmente para escolher, com camas de dossel 'pavimentadas' com troncos, interiores minimalistas inspirados na natureza e recuperadores de calor suspensos em cada um. Há também um conjunto de vilas que acomodam até sete pessoas e contam com cozinha própria, churrasqueira e piscina ao ar livre.

O spa local é o destino de tratamentos por aromaterapia e fitoterapia, administrados com óleos essenciais e vegetais totalmente naturais; há também uma sauna, banho turco e piscina ao ar livre.

A sustentabilidade molda o hotel, com esquemas de energia geotérmica e solar no lugar do ar condicionado, e três restaurantes residentes alimentados por uma horta orgânica. Os hóspedes que desejam aprender mais podem solicitar um passeio pelas hortas ou fazer uma aula de agricultura com os agricultores locais.

SE NADA FOR FEITO ATÉ 2048, ALERTA PESQUISADORA PORTUGUESA

Haverá mais plástico do que peixe no mar

POLUIÇÃO. Cientista portuguesa avança que as consequências dos plásticos têm no ecossistema e na saúde humana são várias, entre as quais o lixo de maiores dimensões à superfície do oceano e, por conseguinte, a morte de várias espécies marítimas.

Por Redação

A bióloga e coordenadora da organização 'Ciência com Impacto', Paula Sobral, defende que "se nada se fizer para travar o despejo contínuo de materiais altamente poluentes, em 2048, as toneladas de plásticos no oceano vão ultrapassar as dos peixes.

De acordo com a investigadora do MARE, nas últimas décadas, o lixo plástico, em que se incluem milhares de quilómetros de redes de pesca abandonadas, tornou-se a praga dos nossos mares.

Como solução para esta catástrofe, a pesquisadora sugere um aumento da regulamentação e da consciencialização das indústrias

produtoras, que têm de incorporar na sua actividade os princípios da economia circular.

Segundo a bióloga, os microplásticos são partículas com dimensão inferior a cinco milímetros, algumas, não todas, são tão pequenas que não são visíveis à vista desarmada. "Esses microplásticos, a sua maioria, são fragmentos de objectos maiores que se vão degradando e ficam quebradiços".

"Neste caso, regra geral, são granulados com origem industrial. Depois temos outros exemplos: a degradação das tintas dos edifícios e das embarcações, que acabam em flocos, as microesferas introduzidas em produtos esfoliantes de higiene pessoal", esclarece.

Para Paula Sobral, as pessoas deitam lixo em qualquer sítio e o vento e as chuvas arrastam os lixos até às linhas de água, acabando no mar. O outro factor importante e essencial que justifica que

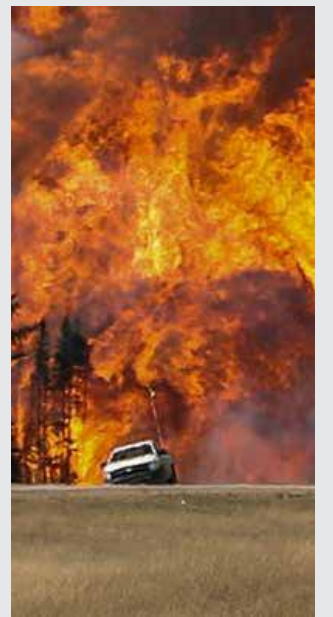
esse lixo vá para o mar, explica, "é uma deficiente gestão de resíduos, que permite que eles escapem ao controlo".

Numa entrevista ao DN, a cientista avança que as consequências que estes plásticos têm nos ecossistemas, na fauna e na saúde humana são várias, sendo que o mais visível é o lixo de maiores dimensões à superfície do oceano e esse lixo pode ser proveniente de actividades desenvolvidas em terra, mas também pode ter origem na pesca.

"Redes perdidas e abandonadas no mar continuam eternamente a pescar, acabam com todos os organismos que encontram e esse é um impacto muito importante. Talvez seja até o que chama mais a atenção das pessoas, ver animais emblemáticos como tartarugas ou mamíferos marinhos afogados e embrulhados em redes. Mas os impactos são muito maiores e mais graves do que esse tipo

de imagens", avalia, dando conta que, nos oceanos, existem partículas de todos os tamanhos que podem ser ingeridas por todo o tipo de organismos, dos maiores aos mais pequenos, além de que "os peixes mais pequenos comem partículas mais pequenas, os maiores comem partículas maiores e ainda se alimentam dos peixes mais pequenos". "Essa cadeia alimentar chega até aos seres humanos", refere a pesquisadora.

Quanto às consequências para a saúde pública dessa ingestão, a coordenadora da organização 'Ciência com Impacto' afirma que, até ao momento, não existem evidências científicas que o comprovem. "Temos a percepção de que não é bom estarmos a respirar e a comer partículas de plástico, mas não sabemos ainda quais são os efeitos no ser humano. "É preciso continuar a investigar nesta área", conclui.



EFEITO ESTUFA

Calor mata 500 pessoas no Canadá

Cerca de 500 pessoas morreram em consequência de uma onda de calor que dura há mais de uma semana no Canadá, e está na origem de dezenas de incêndios florestais e inundações no Oeste daquele país, o que levou especialistas a alertarem para o perigo das alterações climáticas.

Lisa Lapointe, diretora forense da província de Colúmbia Britânica, a região mais atingida por esta cúpula de calor, que começou a afectar a costa do Pacífico afirmou que o número de mortes registado na última semana se eleva a 719.

A especialista admite que o número é tendencialmente crescente e será actualizado nos próximos dias, uma vez que muitas das pessoas que faleceram são idosos, que vivem sozinhos e em casas sem ar condicionado, que não se encontram preparadas para as elevadas temperaturas.

Quase 70% dos incêndios foram causados por relâmpagos que encontraram condições de seca perfeitas para iniciar incêndios florestais.



As consequências do plástico no ecossistema e na saúde humana são várias, a mais visível é o lixo de maiores dimensões à superfície do oceano.

Educação & Tecnologia



O marketing de relacionamento na angariação e fidelização de clientes

Gomes, Sofia¹Peixoto, João Paulo²

RESUMO: Este estudo visa compreender de que forma o Marketing Relacional impacta na captação de novos clientes, especialmente através da referênciação

positiva entre clientes e potenciais clientes. Para a recolha de dados, foi utilizado um questionário telefónico a prestadores de serviços de diversas áreas em Vila Nova de Gaia. As respostas obtidas foram 20, as quais, não sendo em número elevado, podem contribuir para uma análise de dados cujos resultados já permitem inferir algumas conclusões. Na estratégia utilizada para a conquista de novos clientes, a maioria dos inquiridos respondeu que os seus clientes passam o contacto a novos clientes com uma percentagem de 25%. A questão de investigação subjacente a este estudo é: “Qual a forma mais eficaz na captação de novos clientes?” Consubstanciada em sub hipóteses que se focam em “verificar a ligação entre ferramentas de comunicação de marketing e valor percebido pelo consumi-

dor na prossecução da captação de novos clientes”.

Palavras Chave: Marketing, Comunicação, Tecnologia, Informação

REVISÃO LITERARURA

Atrair consumidores num ambiente altamente competitivo requer muito esforço, uma vez que as necessidades e desejos do consumidor tendem a mudar frequentemente. No mundo de hoje, o comportamento dos consumidores está sempre a mudar. Os consumidores são muito envolvidos nas atividades das organizações, com o papel dos próprios consumidores a evoluir de um papel passivo para um ativo. O consumidor fica bem informado, determinando o que quer em termos de um produto de alto valor acrescentado. O sucesso de uma organização passa a depender de como é capaz de criar

valor único para o consumidor e de como é capaz de comunicar este valor através de ferramentas de comunicação de marketing. Como resultado, o marketing moderno baseia-se numa abordagem sistémica que pode ser deslocada para satisfazer as necessidades dos consumidores. A criação de valor para o consumidor está a tornar-se mais importante, tanto devido à concorrência entre organizações, como ao poder de mercado alargado dos consumidores e às suas exigências cada vez mais bem refinadas (Gronhøvs & Raval, 2011; Pynnonen et al., 2011; Kumar & Raju, 2013; Abtin & Pouramiri, 2016; Zhang et al., 2016; Gan & Wang, 2017; Kotler & Keller, 2020).

Resultados e Conclusões

Um dos dados obtidos com relevância indicativa é que a qualidade

dos serviços prestados é fundamental para angariação de clientes - são estes clientes que trazem novos clientes e os parceiros de negócios que valorizam também a qualidade dos serviços, referenciando assim o mesmo a novos clientes. A maioria dos inquiridos respondeu que os seus clientes passam o contacto a novos clientes com uma percentagem de 25%, de seguida, a estratégia é com 22% das respostas, o contacto dados por outro cliente, ou através de parceiros de negócios, também com 22% das respostas. Ao resumir os resultados do questionário, pode afirmar-se que a criação de valor para o consumidor, através de comunicações de marketing, revelou-se significativa, independentemente da forma como estas se assumem pelas empresas prestadoras de serviços. Este estudo mostra, também, que os prestadores de serviços dependem das referências de terceiros para que aos seus serviços cheguem a novos clientes - a criação de valor para o consumidor é realizada, pelo prestador de serviços, através de ferramentas de comunicação de marketing que comunicam valores ao consumidor, bem como e não menos importante, da forma como esse prestador de serviços é visto pelos elementos (empresas) em rede com quem se relacionam. Desta forma e apesar de as respostas conseguidas serem em número reduzido, para serem estatisticamente relevantes, poderá assumir-se que o método do “passa palavra” e o marketing de relacionamento são fundamentais na angariação de novos clientes validando assim as Hipóteses propostas.

Limitações e Pesquisas Futuras

Um estudo que seria muito interessante era afunilar o objeto de estudo, como por exemplo, empresas prestadoras de serviços de contabilidade, delimitar as variáveis em estudo e, através de um modelo de equações estruturais, poder chegar a conclusões, estatisticamente relevantes, de causa-efeito relativamente à fidelização/angariação de clientes nesta área B2B de negócio.

¹sofiagomes@hotmail.com,

Escola Superior de Negócios Atlântico Business School, Valadares/Gaia, Portugal

²jpp@abs.pt, Escola Superior de Negócios Atlântico Business School, Valadares/Gaia, Portugal



A boa vontade nos une

SAHAM Angola Seguros torna-se Sanlam

A SAHAM Angola Seguros torna-se Sanlam, integrando a maior instituição financeira não bancária de África. Valendo-se de mais de 100 anos de experiência financeira no mercado Africano e na indústria seguradora, a Sanlam assume o compromisso com os seus parceiros, clientes e colaboradores, de estar sempre presente e caminhar juntos no desenvolvimento de capacidades e estruturas que permitam o crescimento seguro.

Unidos pelos mesmos valores.

 **Sanlam**

Viva com confiança

NÚMEROS DA SEMANA

1600

Estimativa de colheita de toneladas de café dos cafeicultores do Uíge em 2021, segundo o responsável provincial do instituto nacional do café, Vasco Gonçalves.

35%

Postos aduaneiros que serão criados pela AGT, este ano, na sétima região tributária com o objectivo de aumentar a colheita de receitas.

5

Minas que Angola tem potencial para abrir, duplicando o número actual, segundo o director do Instituto Geológico.

21

Milhões de dólares reinvestimento anunciado pela Fabrimetal, empresa de aço, em 2020, ano em que vendeu cerca de 40 mil toneladas e arrecadou perto de 40 milhões de dólares.

GARANTIA DE RICARDO D'ABREU

Primeira fase do Metro de Superfície termina em 2023

A primeira fase do Metro de Superfície de Luanda (MSL), que vai ligar a centralidade do Kilamba ao Porto de Luanda, numa extensão de 37 quilómetros, está prevista para terminar ainda em 2023.

A informação foi avançada pelo ministro dos Transportes, Ricardo d'Abreu, durante um evento que visou debater o Metro de Superfície.

O governante salientou que a ideia é que, até ao final do ano, estejam criadas todas as condições, incluindo a constituição da sociedade de propósito específico e seus investidores para o arranque do projecto em 2022 e assegurar que até 2023 esteja concluída a primeira fase do projecto.

O Metro de Superfície de Luanda deverá ter 149 quilómetros de extensão de rede básica e vai obedecer a quatro fases de implementação.

Em 2020, o ministro dos Transportes tinha anunciado o arranque das obras para Janeiro deste ano, mas não aconteceu. “Infelizmente, por várias razões

que todos conhecemos e a pandemia é uma das razões fundamentais, houve um período de atraso para criarmos estas condições. Temos um instrumento que nos dá respaldo para arrancar com a implementação do projecto e estamos a preparar as condições para o lançamento do concurso para o estabelecimento da sociedade de propósito específico onde estarão os investidores privados”, indicou.

O projecto será desenvolvido num regime de Parceria Público-Privada. “Os trabalhos desenvolvidos, até à data, permitiram estabelecer dois memorandos de entendimento com um parceiro de experiência internacional a Siemens, abrangendo também a componente tecnológica e formativa”, informou.

A Siemens é a empresa tecnológica que vai assegurar o propósito do projecto. Haverá outras empresas que vão fazer parte da sociedade que vai ser formada para a implementação do metro. “Os termos para adesão deste projecto deverão estar definidos nos próximos 70 dias”, salientou.

Por: Isabel Dinis



Ricardo D'Abreu,
ministro dos
Transportes



ESTA SEXTA-FEIRA

MINTTICS promove conferência sobre Ética e Legislação Publicitaria

Acontece na próxima sexta-feira, 09 de julho, a I Conferência sobre Ética e Legislação Publicitaria, promovida pela Direcção Nacional da Publicidade do Ministério das Telecomunicações, tecnologia de informação e Comunicação Social.

O evento que terá lugar na Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas (ENAPP), contará com a participação de gestores e “players” do mercado publicitário nacional, académicos, bem como de altos quadros do Executivo angolano.

A conferência tem como objectivo discutir o actual estado e os desafios do mercado publicitário, nomeadamente a ética e a legislação publicitária, possibilitando assim, o criticismo na desconstrução do discurso publicitário, de acordo com uma nota a que o Valor Económico teve acesso.

O mercado da publicidade é dos mais que ficou afectado pela crise financeira e o por causa da pandemia da Covid-19. Conta com cerca de 350 agências de publicidade registadas no país.

ANUNCIADO EM 2019

Primeira pedra do projecto do Porto do Namibe lançada na próxima semana

Está previsto para a próxima semana, entre os dias 12 e 14, o lançamento da primeira pedra do projecto da Baía do Namibe que será construído por um consórcio japonês constituído pela Toyota Tsusho Corporation (TTC) e Toa Corporation (TOA) e financiado pela agência japonesa de crédito à exportação e bancos privados.

O projecto está orçado em mais de 600 milhões de dólares, dos quais 100 milhões serão investidos pelo governo de Angola. Para o efeito, o Presidente João Lourenço aprovou, em Outubro de 2019 um contrato de financiamento com o Development Bank of Southern Africa no valor de 100 milhões dólares e, em Setembro de 2020, aprovou a libertação de 39 milhões de dólares para despesas com o projecto.

A referida engenharia, no entanto, motivou algumas interrogações, visto que no início da governação João Lourenço garantiu que o modelo BOT (sigla em inglês- Build, Operate and Transfer) seria o eleito para os projectos estruturantes sem a necessidade de injeção de dinheiro público. Aliás, a primeira vez que o projecto foi apresentado, às autoridades avançaram que se tratava de um investimento japonês, só depois veio a saber-se que se tratava de um financiamento.

De acordo com dados das autoridades, o Projecto de Desenvolvimento Integrado da Baía do Namibe associa as minas de ferro de Cassinga, na Huíla, ao Caminho-de-Ferro de Moçamedes e ao Porto do Namibe, na rota internacional do comércio do minério. Vai permitir elevar a extensão do cais do Porto do Namibe de 875 para 1.165 metros.